

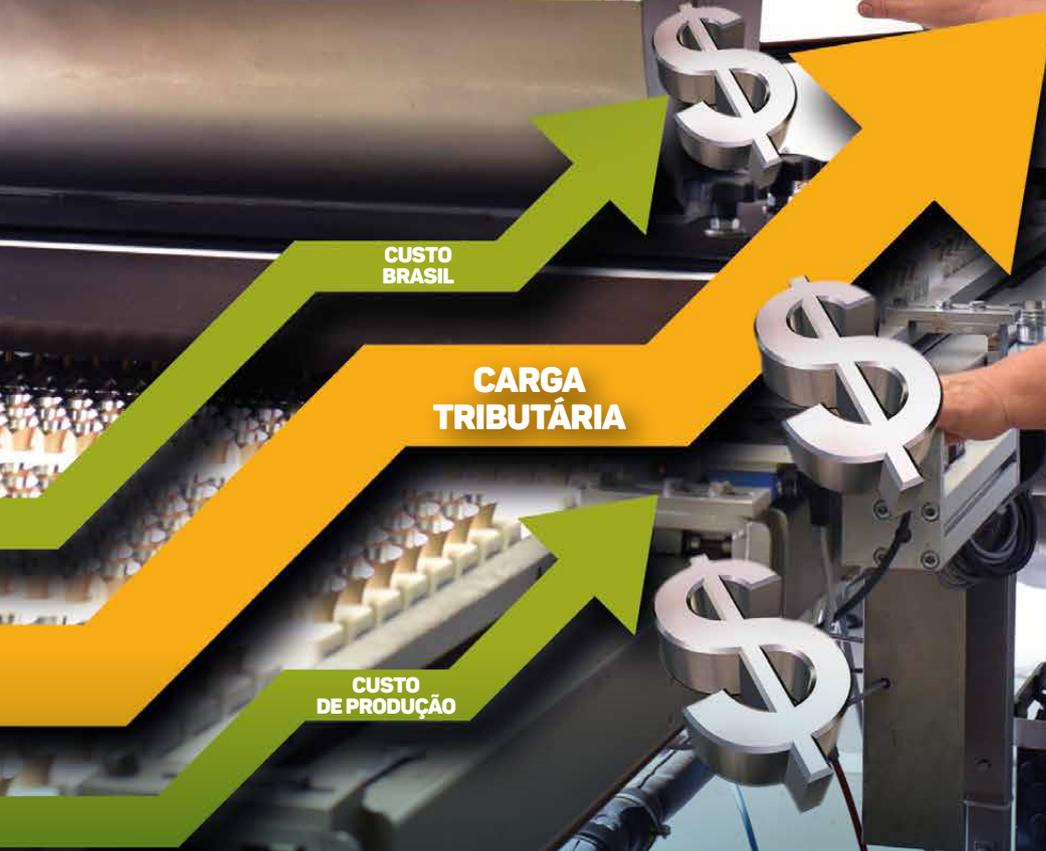
Rodovias e pedágio

O presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga, Luís Baldez, aponta as prioridades nas novas concessões do Anel de Integração.



Quanto custa produzir

O impacto do sistema tributário e dos problemas estruturais na competitividade da indústria



ASSOCIATIVISMO

Sindicatos e cooperativas mostram a força da união e superam desafios

INOVAÇÃO

Indústria do Paraná segue movimentos globais

PELA INDÚSTRIA EM TODO O PARANÁ

O **Sistema Fiep** reúne expertises de quatro instituições voltadas para desenvolver as indústrias do Paraná, independentemente do tamanho.

Fiep - Defende o setor, fortalece e amplia negócios.

Senai - Capacita os profissionais da indústria desde a educação básica até o ensino superior, e promove a tecnologia e a inovação em todas as indústrias do Paraná.

IEL - Desenvolve a cultura da inovação na indústria e oferta a educação executiva para formar gestores industriais.

Sesi - Melhora a produtividade com serviços de segurança e saúde. Oferece ensino fundamental e médio.

É assim que incentivamos o desenvolvimento da indústria do Paraná.

Saiba mais: sistemafiep.org.br/campanha



Pela indústria, em todo o Paraná.



Walysson Gustavo Cruz Barros
Colaborador Insight Energy,
Londrina

NESTA EDIÇÃO

■ LEITURA RÁPIDA . 05

■ PALAVRA DO PRESIDENTE . 06

■ VIÉS . 07

■ FALOU E DISSE . 07

■ OPINIÃO . 08

Carlos Eduardo Lima Jorge

■ TECNOLOGIA . 10

A madeira e o sistema construtivo sustentável

■ ENTREVISTA . 13

Luís Henrique Teixeira Baldez

■ DESENVOLVIMENTO . 17

A participação do Sistema Fiep na construção de Telêmaco Borba

■ CAPA . 22

A pesada carga tributária e deficiências estruturais comprometem a competitividade da indústria brasileira



Credite: Divulgação Bosch

■ SETORES INDUSTRIAIS . 30

A contribuição do setor mineral para toda a indústria

■ EDUCAÇÃO . 33

Colégio Sesi prioriza a formação para a indústria

■ MEMÓRIA . 34

O legado de Heitor Stockler de França

■ TRABALHO . 35

Interação entre gerações diversas enriquece o ambiente corporativo

■ INOVAÇÃO . 38

Enfrentamento da pandemia direciona indústria para movimentos globais

■ ASSOCIATIVISMO . 42

A aposta na união para superar desafios

■ POLÍTICA PÚBLICA . 46

Observatório Sistema Fiep apoia modernização da segurança pública

■ DA TERRA DOS PINHEIRAIS . 48

Indústria de Curitiba desenvolve solução para gestão de resíduos

■ GIRO PELOS SINDICATOS . 50



Credite: Gelson Bampi



ISI de Maringá completa um ano

Para aumentar a competitividade da indústria paranaense e brasileira, por meio da inovação e do desenvolvimento de novas tecnologias, há um ano foi inaugurado, em Maringá, o prédio onde estão o Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Metalmeccânica e o



Crédito: Galson Bampi

Instituto Senai de Inovação (ISI) em Engenharia de Estruturas. A infraestrutura, que conta com laboratórios modernos e equipamentos de última geração, atende indústrias de todos os portes e segmentos que querem aperfeiçoar seus processos e produtos, ou implementar tecnologias inovadoras, visando alcançar novos mercados ou melhorar sua produtividade e competitividade. O Instituto Senai de Inovação em Engenharia de Estruturas é o único do Brasil e atende indústrias de todos os estados.

Prêmio de Jornalismo é adiado

Em função das medidas restritivas de controle da pandemia do novo coronavírus no Paraná, a sétima edição do Prêmio Sistema Fiep de Jornalismo foi reformulada. O evento previsto para ocorrer em novembro foi adiado para 2021. Excepcionalmente, terá uma



edição especial que vai contemplar os trabalhos jornalísticos sobre a indústria do Paraná no biênio 2020/2021. Os materiais já inscritos continuam válidos, mas o prazo de inscrição foi estendido para 24 de setembro de 2021.

A necessidade da Lei de Proteção de Dados

O cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, criada para preservar a privacidade das pessoas, será, em pouco tempo, um pré-requisito para o Brasil participar do mercado global e realizar transações comerciais de forma segura com outros países. A informação foi prestada por André Rosa, consultor de Riscos e Compliance do Sistema Fiep, em webinar sobre o tema realizado em setembro. "A criação da LGPD no Brasil foi uma resposta necessária para o resto do mundo. Precisávamos mostrar que temos uma lei de privacidade para poder negociar com os principais países e polos econômicos mundiais", disse. A lei foi sancionada e entrou em vigor em 18 de setembro.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDENTE

Carlos Valter Martins Pedro

GERENTE EXECUTIVO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Reinaldo Victor Tockus

SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) E INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) E DIRETOR REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)

José Antonio Fares

A INDÚSTRIA EM REVISTA É UMA PUBLICAÇÃO OFICIAL DO SISTEMA FIEP

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Edilane Marques

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elvira Fantin (2152/DRT-PR)

PROJETO GRÁFICO

433 AG - 433.ag

DIAGRAMAÇÃO

Celso Arimatéia

BANCO DE IMAGENS

Adobe Stock

IMPRESSÃO

Hellograff Artes Gráficas Ltda.

TIRAGEM

10 mil exemplares

Comentários, críticas e sugestões, escreva para:

aindustriaemrevista@sistemafiep.org.br



**CARLOS
VALTER
MARTINS
PEDRO**

*Presidente do
Sistema Fiep.*

PALAVRA DO PRESIDENTE

A inesperada pandemia do novo coronavírus, que surpreendeu o mundo em 2020 e trouxe inúmeros desafios ao setor produtivo, evidenciou ainda mais um cenário que vem se acentuando a cada ano no Brasil: nossa forte dependência de produtos fabricados em outras nações. Itens básicos utilizados por profissionais de saúde na linha de frente de combate à doença, como máscaras de proteção, não eram fabricados em larga escala no país. Com a alta demanda mundial, teriam faltado não fosse a rápida adaptação de indústrias brasileiras para fornecer o produto.

A presença de itens estrangeiros no mercado brasileiro, no entanto, não se restringe a artigos de saúde. Cada vez mais, as prateleiras do nosso comércio são ocupadas por importados – dos mais sofisticados, como aparelhos eletrônicos, aos mais corriqueiros, como roupas e alimentos. Como mostra o exemplo das máscaras hospitalares, não falta capacidade e qualidade para nosso setor industrial. Mas as condições impostas pelo ambiente de negócios em que ele está inserido elevam significativamente os custos industriais, encarecendo e tirando competitividade do produto nacional no comércio exterior e também no mercado interno.

Boa parte dessa condição adversa é causada por um sistema tributário distorcido, que acumula impostos ao longo das cadeias produtivas e pesa mais sobre a indústria do que sobre outros setores da economia. Solucionar esse problema por meio de uma Reforma Tributária profunda e consistente é o primeiro passo que o país deve dar para reduzir significativamente o conhecido Custo Brasil e se colocar no rumo de um crescimento em longo prazo. Esse é justamente o tema da matéria de capa desta edição da Indústria em Revista, que ouviu especialistas e representantes do setor industrial para demonstrar que precisamos de uma mudança estrutural na composição dos custos industriais no país.

Entre vários outros assuntos, esta edição apresenta também outros exemplos da capacidade produtiva de nossas empresas, ao mostrar como estão sendo desenvolvidos materiais e tecnologias para a produção de construções em madeira no Brasil ou as inovações da indústria mineral paranaense. Também revela como o cenário da pandemia reforçou a importância do associativismo para o setor produtivo. Sempre mostrando como o Sistema Fiep, com seus serviços e ações, apoia o setor industrial na superação dos desafios e na busca por melhores resultados.

Boa leitura!

**↑ SOBE****Emprego na indústria da construção civil**

O mercado de trabalho ficou aquecido no setor de construção civil no Paraná, no período acumulado de janeiro a julho deste ano. O saldo foi de 9.293 novos postos de trabalho abertos. No período, foram admitidos 63.561 trabalhadores e desligados 54.268. Após a queda em abril, em função da pandemia, houve expressivo crescimento no nível de emprego nos meses de maio, junho e julho. Com isso, o setor da construção civil paranaense apresentou o melhor resultado do país.

↓ DESCE**Taxa Selic**

A taxa Selic, que representa os juros básicos da economia brasileira e influencia todas as taxas de juros praticadas no país, está em baixa. Referência para os bancos, quando concedem empréstimos, ou para investidores, como retorno de suas aplicações financeiras, a Selic registra queda de 55,6% este ano. Saiu de 4,5% em janeiro para 2% em setembro.



“As medidas emergenciais adotadas pelo governo e o Congresso Nacional foram essenciais para a retomada da economia. No entanto, empresas, famílias e governos estão saindo da crise bastante fragilizados. A transição para o crescimento sustentado se apresenta como mais um desafio”.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no lançamento do documento “Propostas para a retomada do crescimento econômico”.



“A redução do auxílio emergencial, a indefinição sobre a ampliação da cobertura do Bolsa Família para 2021 e o fim do programa voltado à sustentação de empregos formais apontam para uma contração econômica que certamente irá interromper a trajetória de recuperação”.

ESTHER DWECK

Professora do Instituto de Economia da UFRJ.

“Nosso baixo crescimento econômico de décadas tem muitas causas. Uma delas é a distorção causada pelo sistema tributário nos preços relativos, que induz decisões ineficientes de investimento e de produção”.

MARCOS LISBOA

Presidente do Instituto e Pesquisa (Insper), ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e doutor em economia.



Novo marco legal do saneamento e seus impactos para o setor da construção

por Carlos Eduardo Lima Jorge

Introduzido na década de 70, o Planasa – Plano Nacional de Saneamento teve como base a implementação de um modelo estatal para ganho de escala nos serviços de saneamento.

Esse modelo cumpriu papel relevante no avanço do abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto até o momento em que foi reduzindo muito sua capacidade de atendimento às demandas. Nos dias atuais, as companhias estatais de saneamento consomem, em média, 52% de sua receita com pagamento de pessoal, investindo apenas cerca de 17% em modernização e expansão dos serviços. Outro dado alarmante são os altos índices de perdas no processo de captação e distribuição de água – em média de 40% no país.

O resultado do esgotamento desse modelo pode ser aferido por meio da vergonhosa dívida social existente até hoje, colocando 100 milhões de brasileiros sem esgoto tratado.

“

A LEI NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO UM PONTO DE CHEGADA, MAS SIM COMO UM NOVO PONTO DE PARTIDA EM DIREÇÃO À TÃO NECESSÁRIA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO. ”

Há mais de dois anos, governo e Congresso vinham buscando dar resposta a essa situação, discutindo projetos e medidas provisórias que criassem melhores condições para a expansão do saneamento.

Mas foi sem dúvida a crise gerada pela pandemia da Covid-19 que jogou luzes para governo, Congresso e sociedade, sobre a estreita relação entre saneamento e saúde, tendo como resultante a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento por meio da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

A lei não pode ser considerada como um ponto de chegada, mas sim como um novo ponto de partida em direção à tão necessária universalização do saneamento.

O desafio para a universalização até 2033 prevista na lei exigirá cerca de R\$ 700 bilhões de investimentos, segundo projeções feitas pela consultoria KPMG.

Vale destacar os pilares básicos trazidos pelo novo marco regulatório, que poderão de fato trazer inovações positivas ao mercado:

- Maior segurança jurídica – Ao atribuir à ANA – Agência Nacional de Águas, o papel de uniformizar regras e procedimentos que hoje são definidos de formas distintas pelas 80 agências reguladoras subnacionais.

- Competitividade entre o público e o privado – Ao extinguir os chamados contratos de programa firmados sem licitação entre empresas estatais e municípios, instrumentos esses que em sua quase totalidade não fixam metas e compromissos.



HOJE ESTÃO SENDO MODELADOS PELO BNDES OITO PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, PROJETOS ESSES QUE ATENDERÃO A MAIS DE 290 MUNICÍPIOS, COM INVESTIMENTOS DE R\$ 58 BILHÕES. ”

- **Avaliação de desempenho e de capacidade** – Ao tornar obrigatória em todos os contratos, sejam públicos ou privados, a comprovação da capacidade econômica e financeira de atingir a meta de universalização na área licitada, até 2033.

Tão importante quanto a aprovação da Lei 14.026/2020, será a sua regulamentação, a ser feita pelo Executivo e pela ANA.

Por exemplo, encontra-se em consulta pública promovida pelo MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional a regulamentação prevista no Art. 10-b da lei, que trata das formas de comprovação da capacidade econômico-financeira das concessionárias para cumprimento de seus contratos.

Esse arcabouço regulatório que acontecerá nos próximos meses é que definirá a eficácia dos novos princípios trazidos pela lei – daí a sua importância.

De qualquer modo, o mercado das construtoras, operadores e investidores já se movimenta firmemente em direção às oportunidades que surgirão no campo do saneamento.

Hoje estão sendo modelados pelo BNDES oito projetos de concessões ou PPPs para abastecimento de água e esgotamento sanitário, projetos esses que atenderão a mais de 290 municípios, com investimentos de R\$ 58 bilhões.

Também a Caixa, por meio do FEP – Fundo de Estruturação de Projetos, está estruturando quatro projetos para municípios, com previsão de licitação até o final de 2021. E temos 14 processos de licitação em andamento, que elevarão a participação privada no saneamento.

Quando escrevo esse artigo, paira ainda sobre o Congresso a análise de importante e acertado veto presidencial ao texto da lei. Trata-se do artigo que permite a renovação por mais 30 anos dos modelos atuais de contratos de programas. A manutenção desse veto é primordial para as necessárias mudanças que a lei proporcionará ao mercado, permitindo a legítima disputa licitatória entre o setor público e o setor privado.

Outro ponto importante para o mercado, trazido pela nova lei mas que ainda depende de regulamentação, é a opção pela prestação regional dos serviços de saneamento. Embora se reconheça a titularidade municipal desses serviços, a lei pretendeu induzir a criação de blocos de municípios, visando possibilitar a sua prestação regionalizada e assim poder fomentar um tipo de subsídio cruzado, unindo no mesmo bloco municípios com maior e com menor capacidade financeira e/ou populacional.

Chamo a atenção que esse tipo de prestação regionalizada não deverá criar padrão único de grandes projetos, envolvendo pesados investimentos e com isso restringindo o mercado a poucos grandes players.

Em resumo, o novo marco regulatório do saneamento traz perspectivas bem animadoras para o setor da construção.

Mas acima de tudo, traz esperança para milhares de brasileiros que hoje vivem em péssima situação com a ausência dos serviços de saneamento. ■



CARLOS EDUARDO LIMA JORGE, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (COINFRA/CBIC).



Crédito: Gelson Bampi

Madeira desponta como uma nova solução na construção civil.

Madeira para toda obra

Uma das tecnologias mais avançadas em construção sustentável no mundo é garantia de bom negócio no Paraná

por Patrícia Gomes

A madeira paranaense responde por quase 22% de toda a produção nacional e 35% das exportações brasileiras do produto. São mais de 40 países como destino, principalmente Estados Unidos, México, Reino Unido, Bélgica, China e Alemanha. Segundo dados do Ministério da Economia, o estado possui mais de 34 mil estabelecimentos industriais ligados ao produto.

Números tão expressivos justificam a relevância da indústria madeireira do Paraná. Além de fornecer para toda a cadeia moveleira e ter expressiva importância na atividade de comércio exterior, a madeira desponta como uma nova solução na construção civil.

Conhecido como wood frame (módulos em madeira), essa tecnologia consiste em perfis de madeira que, em conjunto com placas estruturais, formam painéis com capacidade de resistir à carga de telhados, revestimentos, pavimentos e ventos. O wood frame também é atrativo pela eficiência, limpeza e agilidade na execução da obra, além de ser sustentável e resistente.

“Não é um produto, mas um sistema construtivo amplamente difundido nos Estados Unidos, Japão, Escandinávia (Dinamarca, Suécia e Noruega) e muitos outros países do hemisfério norte”, explica o vice-presidente da Federação das Indústrias do Paraná e superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), Paulo Pupo.

O empresário faz parte de um grupo de estudos - formado por produtores, representantes de laboratórios, instituições financeiras, órgãos fiscalizadores, construtoras e entidades de classe do setor da construção - que está trabalhando na elaboração de uma norma técnica para regulamentar e disseminar o uso desse sistema no Brasil em larga escala. A previsão é que o trabalho seja concluído no ano que vem.

“Como ainda não há um regramento para utilização do wood frame no Brasil, somente a partir da aprovação dessa norma junto aos órgãos competentes é que será possível padronizar o mercado, gerar escala de negócio e oferecer uma nova solução construtiva que contribua para reduzir o déficit habitacional do país”, detalha.



O *WOOD FRAME* COMO SISTEMA CONSTRUTIVO PODE CONTRIBUIR PARA REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL NO PAÍS.



PAULO PUPO,
SUPERINTENDENTE
DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DA
INDÚSTRIA DE
MADEIRA PROCESSADA
MECANICAMENTE
(ABIMCI).



A madeira paranaense responde por quase 22% de toda a produção nacional e 35% das exportações brasileiras do produto.

Qualidade e sustentabilidade

Com sede em Araucária, região metropolitana de Curitiba, a Tecverde já possui autorização do Ministério do Desenvolvimento para utilização do wood frame em larga escala desde 2012. “Por ser uma tecnologia industrializada, 70% das obras podem ser realizadas num ambiente fabril, sem interferência climática. Isso diminui em três a quatro vezes o prazo de entrega do imóvel, além de reduzir em 85% o volume de resíduos e em 90% o consumo de água e energia elétrica”, informa o diretor da empresa, José Marcio Fernandes.

Outras vantagens são a mínima emissão de CO₂ na atmosfera e o maior conforto térmico e acústico em relação às construções tradicionais. Numa obra da Tecverde em Londrina, por exemplo, a cada semana é finalizada uma torre de 16 apartamentos, distribuídos em quatro andares. O prazo de conclusão previsto é de sete meses, sem perda de eficiência e qualidade. Já no sistema convencional esse tempo seria de 20 meses.

O diretor também está otimista com a entrada de novos players no mercado, fato que deve ocorrer após a conclusão da norma técnica que está sendo elaborada. “Não vemos esse movimento como aumento da concorrência. Até porque o market share do nosso produto no mercado residencial do >>

TECNOLOGIA



Wood frame: durabilidade de 50 anos garantida e 70% de obras em ambiente fabril.



Obra finalizada com maior conforto térmico e acústico.

Brasil, de duas mil unidades construídas por ano, ainda é muito pequeno. Com a abertura do segmento, a demanda aumenta e isso ajuda na divulgação da tecnologia, o que é saudável”, finaliza.



MENOR CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA NA OBRA E MENOS RESÍDUOS, ALÉM DA REDUÇÃO NO PRAZO DE ENTREGA DOS IMÓVEIS SÃO AS PRINCIPAIS VANTAGENS DO SISTEMA. ”



JOSÉ MARCIO FERNANDES, DIRETOR DA TECVERDE.

Em relação à madeira convencional, o wood frame utiliza peças de florestas plantadas, de árvores com características estruturais. Elas passam por um processo rigoroso de tratamento químico de secagem para estabilizar a madeira. Essas peças vão dentro da parede, não ficam expostas e têm função puramente estrutural, o que garante durabilidade de pelo menos 50 anos às habitações, segundo Fernandes.

Qualificação

Um curso específico para qualificação de mão de obra em wood frame já está no radar do Senai Paraná. “Embora ainda não tenhamos um curso regular, verificamos um aumento na demanda do mercado por profissionais habilitados nessa área”, afirma Jorge Enjuu Júnior, supervisor da área da Construção Civil da instituição.

Hoje, o Senai oferece cursos destinados à formação em construção seca em drywall (placas de gesso). “Em cima dessas novas tendências de mercado e da crescente demanda verificada em nossos canais, estamos formatando um curso específico e buscando parcerias para viabilizá-lo”, diz. ■

Mais informações sobre os cursos oferecidos pelo Senai podem ser obtidas na secretaria acadêmica, pelo telefone 0800 648 0088 ou pelo site senaipr.org.br/cursocerto.

Menor tarifa e maior benefício nas rodovias

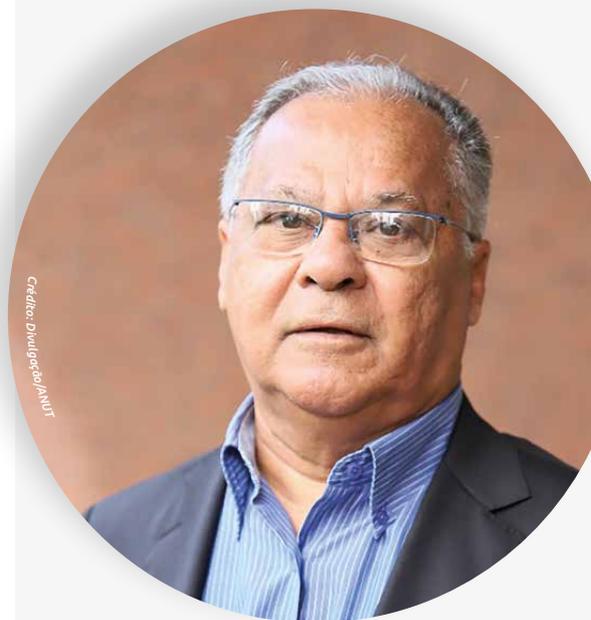
Modelos de concessão das estradas devem seguir critérios técnicos e atender interesses dos usuários

por Rodrigo Lopes

Os contratos de concessão das rodovias do Anel de Integração do Paraná vencem somente em novembro de 2021, mas as discussões sobre o novo modelo já estão avançadas. Representantes do setor produtivo acompanham o processo com atenção para que não se repitam os equívocos do atual modelo, que levaram a uma tarifa elevada e investimentos abaixo do esperado nas estradas paranaenses. Nesta entrevista, o presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT), Luís Henrique Teixeira Baldez, comenta quais deveriam ser as prioridades dessas novas concessões para que os usuários paguem um valor justo e recebam um serviço adequado nas rodovias

Quem compõe a ANUT e como a entidade avalia as condições atuais da infraestrutura de transporte brasileira?

São 30 grupos empresariais, dos mais variados setores da indústria brasileira. Setores que dependem da logística, que movimentam matéria-prima e produto acabado, respondendo por um terço do que se transporta no país. Se a logística falha, essas empresas praticamente entram em colapso. Nosso foco principal é a questão da logística brasileira, que é cara e ineficiente porque o setor é baseado no modal rodoviário. Quase 70% das nossas cargas seguem por rodovia. A malha rodoviária é pequena e tem problemas de pavimentação. São 1,7 milhão de quilômetros de vias terrestres. Desses, somente 212 mil são pavimentados. A última pesquisa da CNT (Confederação Nacional do Transporte) mostrou que 60% estão com problemas de pavimentação, sinalização ou perigos de acidentes em pontos críticos. Nosso principal modal ainda está ruim. >>



LUÍS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ

Presidente-executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT) desde 2010, é também diretor-presidente da LHB Consultoria e Projetos Ltda, empresa especializada em elaboração e análise de projetos na área de transportes e logística. Atua como presidente e membro de Conselhos de Administração e Fiscal de diversas empresas e organizações. Já ocupou cargos no Ministério dos Transportes, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. É conferencista sobre portos, rodovias, ferrovias e logística, abrangendo aspectos referentes a modelos de concessão, estrutura regulatória e de fiscalização.



Crédito: Divulgação/ANUT

A obrigação por melhorar esse quadro é dos governos ou a solução passa pela concessão à iniciativa privada?

Como o governo não tem dinheiro para resolver o problema, pede ao setor privado que ajude. O setor privado aceita, mas tem que cobrar pedágio para remunerar os investimentos. Os pedágios passaram a ser proibitivos porque os modelos foram agregando obrigações ao concessionário. Desde as primeiras concessões, nos anos 90, eram pedágios caros. No início da década de 2000, diminuiu porque o modelo foi de menor tarifa. Agora, voltou a ter valores elevados. Criaram-se modelos que, apesar de suas inovações e do que o governo federal vem fazendo, só fez aumentar o pedágio.

“

O VALOR DO PEDÁGIO
NÃO PODE SER MAIOR DO
QUE O BENEFÍCIO QUE
ELE PROPORCIONA. ”

O que um modelo de concessão precisa ter para que seja eficiente e tenha uma tarifa justa?

O valor do pedágio não pode ser maior do que o benefício que ele proporciona. Estudos mostram que uma rodovia em estado ruim eleva o custo operacional entre 35% e 40%, porque aumenta o gasto com combustível, pneu, manutenção e o tempo de viagem é maior. Se a rodovia é melhorada, o custo do transporte cai esses 40%. Mas se o usuário for pagar um pedágio superior à redução, vai pagar mais do que o benefício que teve. O segundo aspecto é não colocar nas costas do concessionário e, portanto, nas costas do usuário, despesas que não fazem parte da concessão, como verbas de fiscalização, verbas para desenvolvimento tecnológico, verbas para estudos de pavimentação, o que acaba onerando o custo do concessionário e, conseqüentemente, o valor do pedágio. E, por último, o governo federal colocou uma verba, que equivale a quase 10% do valor do pedágio, na outorga variável para pagar eventual variação de câmbio se o concessionário se endividar em moeda externa. Então, o

“
NÃO É RAZOÁVEL IMAGINAR
QUE EM 2045 VOU
PRECISAR DE UMA OBRA
EM DETERMINADO LUGAR
E O USUÁRIO TENHA QUE
COMEÇAR A PAGAR DESDE JÁ.”

concessionário se endivida, o que é um risco dele, e se houver variação cambial quem paga é o usuário. Somos absolutamente contra esse modelo e já declaramos isso ao governo federal.

E há também a outorga que as concessionárias pagam para vencer as licitações. Isso também encarece a tarifa?

Isso existe em alguns modelos. O nosso receio é que o Paraná agregue na sua modelagem esse tipo de conceito que o governo federal está colocando. Temos fluxos importantes para os portos de Paranaguá e São Francisco (SC) e para o sul do país que se tornarão quase que proibitivos.

Mas como equilibrar um valor justo com um volume de obras suficiente para melhorar a qualidade da malha rodoviária?

Esse é um ponto importantíssimo e que gera uma discussão muito grande. Os governos federal e estaduais fazem uma projeção de aumento de tráfego para 30 anos, prevendo um crescimento linear de 3% ao ano. Projetam uma obra que vai ocorrer no ano 25 (da concessão). Não é razoável imaginar que em 2045 vou precisar de uma obra em determinado lugar e o usuário tenha que começar a pagar desde já. Defendemos que nos primeiros dez anos façam as obras necessárias. Nos dez anos seguintes, se faz uma projeção de obras, mas que não sejam obrigatórias. E que sejam obrigatórias lá no oitavo ano, quando se tem uma visão melhor do tráfego para reavaliar o plano de obras. Aí é possível saber quais das obras que estavam sendo projetadas precisam ser feitas. E no último

terço do contrato, não tem obra projetada hoje. O Tribunal de Contas da União já publicou estudos mostrando que muitas das obras das concessionárias não foram realizadas porque não precisa, mas o usuário continuou a pagar a mesma tarifa.

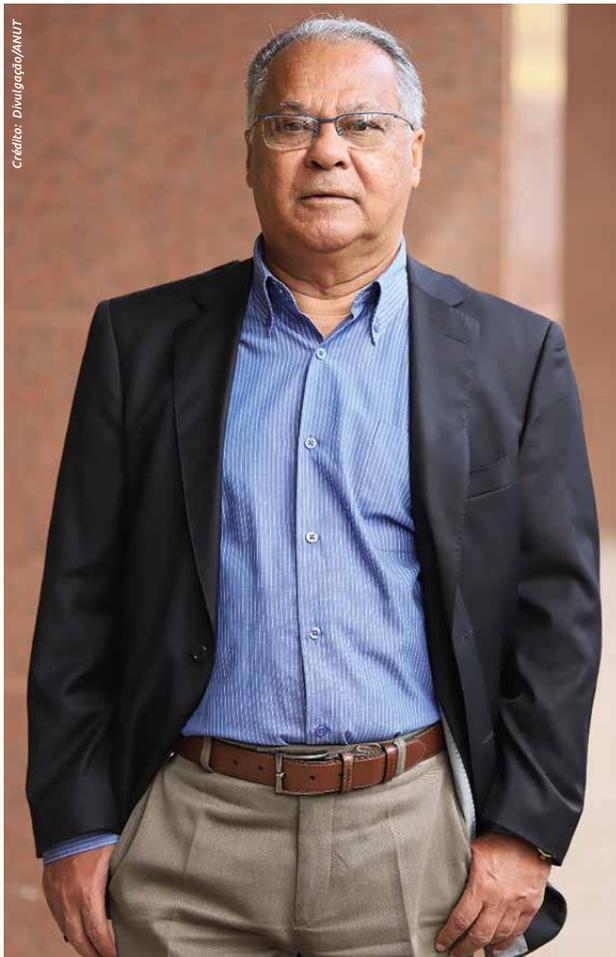
Analisando o que está sendo elaborado para as rodovias do Paraná, esse conceito está sendo atendido?

Não temos ainda todas as informações, mas vai ser utilizado o modelo do governo federal, já que muitas rodovias são federais. E o pessoal do governo às vezes entende que fazer concessão é fazer obra. Mas fazer concessão é prestar um bom serviço ao usuário. Se a obra for necessária, faz-se a obra. Concessão boa é quando se tem uma pista sem buraco, com traçado geométrico adequado, sinalização, faixas de segurança e fiscalização. Se o volume de tráfego extrapolar, aí precisa de uma obra.

Voltando à forma de escolha dos vencedores das concessões, no Paraná, fala-se em um modelo híbrido, que alia menor tarifa ao pagamento de uma outorga pelas empresas interessadas. A ANUT tem uma opinião sobre qual é o melhor modelo?

O ideal é pela menor tarifa. Os outros modelos não servem ao usuário. Se o valor da outorga fosse vinculado à melhoria das condições da via, a gente poderia até aquiescer conceitualmente a esse modelo. O modelo híbrido aumenta a tarifa porque limita o desconto na licitação e, em caso de empate, é preciso pagar uma outorga que só vai beneficiar outro projeto. A ANUT fez um estudo, e entregou ao governo federal, demonstrando que o modelo híbrido eleva em 65% >>

“
CONCESSÃO BOA É QUANDO SE
TEM UMA PISTA SEM BURACO,
COM TRAÇADO GEOMÉTRICO
ADEQUADO, SINALIZAÇÃO, FAIXAS
DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO.”



a tarifa. Pagamos R\$ 22 bilhões por ano de pedágio nas rodovias brasileiras. Metade disso é pago por caminhão. Ora, 65% a mais vai dar R\$ 14 bilhões a mais por ano.

Uma das alegações para utilização da outorga ou do modelo híbrido é evitar que aventureiros entrem nas licitações e ofereçam uma tarifa tão baixa que depois não possam bancar os serviços definidos no edital.

Existem mecanismos para proteger as concessões e utilizar o modelo de menor tarifa com segurança?

Há muitos anos as licitações eram feitas dessa forma. A empresa orgulhava o preço de uma obra pública, ganhava a licitação e depois conseguia aditivos de contrato que faziam com que voltasse ao preço original. Mas há formas de minimizar esse risco. Recentemente, fizeram um modelo que para cada ponto percentual de deságio que se dá na tarifa, aumenta X% no aporte de recurso próprio que tem que se fazer. A sinalização é que, se a empresa acredita naquela tarifa mais baixa, ponha mais dinheiro seu. Isso foi feito e a concessão está funcionando.

De que forma o setor produtivo do Paraná – entidades e empresas – pode se mobilizar para que o novo modelo de concessão seja o mais eficiente possível?

É preciso uma união de propósitos. Todos devem estar remando na mesma direção. Essa coalizão tem que definir um modelo que considera adequado e não pode esperar que o governo diga qual vai ser o modelo. É uma questão técnica, não é uma questão política para agradar a região A, o município B ou o prefeito tal. Se o setor produtivo tiver foco e um modelo que vai lhe atender, pode até definir uma tarifa máxima que estaria disposto a pagar. A tarifa é feita como resultado de uma equação financeira. Considera os investimentos que quer fazer, calcula a taxa de retorno e a tarifa é aquela, independentemente do valor que deu. Então, as forças produtivas do estado têm que dizer qual é a tarifa máxima, definir um patamar que vai lutar por ela. Se isso for bem equacionado de uma forma técnica, o resultado é bom. ■

“

O SETOR PRODUTIVO TEM QUE DEFINIR UM MODELO QUE CONSIDERA ADEQUADO E NÃO PODE ESPERAR QUE O GOVERNO DIGA QUAL VAI SER O MODELO. É UMA QUESTÃO TÉCNICA E NÃO POLÍTICA.

”

Parceria de resultado

Antes mesmo da fundação do município de Telêmaco Borba, o Senai já estava na região formando e qualificando mão de obra para a indústria

por *Elvira Fantin*

Com 77 anos de atuação no Paraná, é comum o Senai estar associado ao desenvolvimento de muitos dos municípios do Estado. Em vários casos, a instituição começou a atuar desde a instalação do município, mas há situações em que essa relação começou mesmo antes da fundação da cidade. É o caso de Telêmaco Borba, localizado na região dos Campos Gerais, que foi fundado em 1964. O Senai começou a atuar em 1949, quando a localidade ainda se chamava Cidade Nova e pertencia a Tibagi.

Na época, o Senai foi procurado para formar e qualificar trabalhadores para a recém instalada fábrica de papel e celulose da Klabin. “Dada a falta de pessoal qualificado para a atividade no Brasil na época, a Klabin trazia profissionais da Europa”, conta Carlos Jakovacz, atual gerente da unidade do Sistema Fiep na região. Segundo ele, para atender à demanda da indústria, o Senai de Curitiba enviava técnicos que realizavam os cursos e treinamentos dentro da própria indústria. “Essa situação seguiu dessa forma de 1949 a 1962, sem uma estrutura física do Senai, com os cursos sendo ministrados nas dependências da fábrica”, conta Jakovacz.



O SENAI COMEÇOU A ATUAR AQUI EM 1949, QUANDO A LOCALIDADE AINDA ERA CIDADE NOVA E PERTENCIA A TIBAGI.



CARLOS JAKOVACZ,
ATUAL GERENTE
DA UNIDADE DO
SISTEMA FIEP EM
TELÊMACO BORBA.

Segundo ele, a produção começou a crescer e a demandar mais profissionais e, conseqüentemente, mais cursos do Senai. “Passou a haver um esforço muito grande por parte da »

Klabin para que o Senai viesse para a região capacitar todos os profissionais. Com isso, em 1962, por meio de um acordo de cooperação técnica, foi instalada uma escola do Senai, num barracão, dentro das instalações da Klabin.

“Foi só na década de 70 que o Senai saiu de dentro da Klabin, quando foi inaugurada a sua sede própria, em terreno doado pela prefeitura, onde estamos até hoje”, conta Jakovacz. De lá para cá, a parceria com as indústrias e com o município só cresceu, com a ampliação da oferta de cursos e consultoria na área tecnológica, por meio do Centro de Tecnologia em Celulose e Papel (Cetcep), instalado nos anos 90. Em 2013, o Centro deu lugar ao Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Celulose e Papel.

O primeiro diretor da escola do Senai na região foi Orual Nemézio Bosca, conhecido como professor Nemézio, que permaneceu por 20 anos à frente da instituição no município. Jakovacz conta que a unidade do Senai começou a funcionar com apenas três funcionários: o diretor, um secretário, e uma servente. Hoje, o Sistema Fiep em Telêmaco Borba conta com 98 colaboradores.

Peça fundamental no desenvolvimento

“Não tem como contar a história de Telêmaco Borba sem falar do Senai, não se trata apenas de uma parceria, mas de um casamento”, destaca Josemir Zanetti, chefe da divisão de desenvolvimento econômico da Secretaria de Trabalho e Indústria do município. “O Senai é uma peça fundamental para nós e desde o início desenvolvemos trabalhos conjuntos”, informa.



NÃO TEM COMO CONTAR A HISTÓRIA DE TELÊMACO BORBA SEM FALAR DO SENAI.



JOSEMIR ZANETTI, CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PREFEITURA.

De estagiário a gerente. De aluno a professor



O ENSINO QUE LIGA A TEORIA À PRÁTICA, COMO PRECONIZA O MÉTODO SENAI, É MUITO IMPORTANTE E TRAZ UM EMBASAMENTO MUITO GRANDE.



ARNALDO JASINSKI, GERENTE DE MANUTENÇÃO DA UNIDADE MONTE ALEGRE, DA KLABIN.

Arnaldo Jasinski tem 48 anos e atua na Klabin há 32 anos. Entrou como estagiário e hoje é gerente de manutenção da Unidade Monte Alegre. “Foi meu primeiro emprego com carteira assinada, entrei como estagiário ainda quando fazia o curso de aprendizagem industrial em mecânica do Senai”, conta. Segundo ele, após um ano de estágio surgiu uma oportunidade como desenhista. “Como ainda não tinha 18 anos e não tinha a dispensa do Exército, fui registrado como desenhista copista menor, passando a desenhista copista apenas após a dispensa do serviço militar”, conta.

Jasinski diz que o Senai sempre foi referência para a indústria. “O ensino que faz a ligação entre a teoria e a prática, como preconiza o método Senai, é muito importante e traz um embasamento muito grande”, afirma. “O profissional formado pelo Senai é completo, é muito técnico e tem um conhecimento abrangente”, diz. Depois do curso do Senai, Jasinski fez graduação em mecânica e pós-graduação em engenharia de fabricação de celulose e papel. Segundo ele, a base do curso do Senai facilitou muito a continuidade de seus estudos. Ele também teve a oportunidade de atuar por dois anos como professor do Senai.

Zanetti destaca que com a expertise na área de papel e celulose, a instituição capacitou uma quantidade muito grande de moradores de Telêmaco Borba. “É comum vermos pessoas de várias gerações da mesma família tendo sido formadas pelo Senai”, conta.

Segundo Zanetti, a parceria com a prefeitura ampliou essa atuação para outras áreas. “Contratamos cursos e oferecemos à comunidade de forma gratuita. Os cursos são ministrados nas dependências da instituição ou em suas unidades móveis e há oferta de formação e qualificação em várias áreas, como marcenaria, automação industrial, eletromecânica, costura industrial, indústria de alimentos, entre outras.

Mais que um projeto econômico, um projeto social

“A parceria entre o Senai e a Klabin é mais que um projeto econômico, é um projeto social porque deu oportunidade a muita gente aqui da região”, afirma Arthur Canhisares, diretor industrial de papel da indústria. Segundo ele, a qualidade do pessoal formado pelo Senai é muito boa e a maioria que entra na fábrica como aprendiz, acaba sendo efetivada.

Ele disse esperar poder continuar contando com o Senai nos desafios futuros do setor, que são principalmente a sustentabilidade e a indústria 4.0. “Vejo o Sistema Fiep preocupado com essas questões e acreditamos que vamos seguir com essa parceria que começou na década de 40 e nunca se desfez”, afirma. >>



A QUALIDADE DO PESSOAL FORMADO PELO SENAI É MUITO BOA E A MAIORIA QUE ENTRA NA FÁBRICA COMO APRENDIZ, ACABA SENDO EFETIVADA.”



ARTHUR CANHISARES,
DIRETOR INDÚSTRIA
DE PAPEL DA KLABIN.

Desde a matéria-prima até o produto final

Wellington Lucas de Oliveira, de 22 anos, fez o curso de formação em papel e celulose no Senai e, em 2018, começou a fazer estágio na Klabin. “Fiquei estagiando durante um mês e já fui efetivado”, conta. Segundo ele, o curso foi excelente. “O conteúdo não se prende só a um processo. A gente aprende desde a matéria-prima até o produto final destinado à exportação”, afirma, acrescentando que aplica 100% do que aprendeu no seu dia a dia na fábrica. Além disso, segundo ele, o curso detalha bem a questão da carreira profissional e as oportunidades que o profissional pode ter. Hoje, Oliveira atua como operador 1 de máquina de papel, mas sabe que sua trajetória na empresa está apenas começando. “Gosto do que faço, sei que vou conseguir crescer e seguir carreira aqui”, diz, acrescentando que pretende continuar os estudos e tem interesse na área química e em engenharia.



FIQUEI ESTAGIANDO DURANTE UM MÊS E JÁ FUI EFETIVADO.”

WELLINGTON
LUCAS DE
OLIVEIRA,
OPERADOR
DE MÁQUINA
DE PAPEL, DA
KLABIN.



DESENVOLVIMENTO

Crédito: Divulgação



Unidade Monte Alegre,
da Klabin.

Canhisaes lembra que, assim como no começo da fábrica, o Senai foi fundamental para a formação e qualificação dos primeiros trabalhadores, o mesmo aconteceu em período mais recente, o que foi essencial para a expansão da indústria. “Passamos por um ciclo de crescimento muito grande entre os anos de 2012 e 2015 e, em um novo ciclo iniciado em 2019, com os projetos Puma 1 e Puma 2, respectivamente. Também nesses casos, sempre que precisamos do suporte do Senai a resposta foi positiva”, disse. Os projetos aos quais o diretor se refere são novas plantas industriais do grupo

instaladas em Ortigueira, município vizinho de Telêmaco Borba e atendido pela mesma unidade do Sistema Fiep.

Além da formação, programas de Segurança e Saúde

Outro importante grupo industrial da região parceiro do Sistema Fiep é composto pelas empresas BrasPine Madeiras & Braslumber Indústria de Molduras. A primeira tem 23 anos de atuação e a segunda, 17 anos. “Já trabalhamos em parceria em

Conheça a trajetória do Sistema Fiep em Telêmaco Borba

1949

Senai envia professores de Curitiba para darem aulas dentro da fábrica da Klabin, no distrito Cidade Nova, em Tibagi.

1962

Solenidade de inauguração da unidade do Senai, instalada dentro da Klabin.

1963

Primeira turma de formandos da unidade Senai Klabin.

1964

O distrito de Cidade Nova é desmembrado de Tibagi e é fundado o município de Telêmaco Borba.

1969

A prefeitura de Telêmaco Borba doa um terreno para o Senai.

1970

Começa a construção da sede própria do Senai.

Crédito: Acervo Senai



Crédito: Acervo Senai



Crédito: Acervo Prefeitura





“TIVEMOS CURSOS DE NORMAS REGULAMENTADORAS (NRS) E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM FEEDBACKS EXCELENTES POR PARTE DOS COLABORADORES.”

FABIANO PEDROSO, GERENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL DA BRASPINE MADEIRAS & BRASLUMBER INDÚSTRIA DE MOLDURAS.

programas de Segurança e Saúde contando com profissionais fazendo visitas para avaliação do ambiente de forma séria e bem minuciosa”, informa Fabiano Pedrosa, gerente de Desenvolvimento Humano e Organizacional. Segundo ele, as empresas foram atendidas também em Saúde Ocupacional e com a unidade móvel de atendimento odontológico, com grande adesão por parte dos colaboradores.

“Por meio do Senai, tivemos cursos de normas regulamentadoras (NRS) e programas de qualificação profissional, com feedbacks excelentes por parte dos colaboradores”, conta Pedrosa. Ele acrescenta que a grande maioria dos eletricitistas e mecânicos que atua nas fábricas tem curso técnico do Senai.

Braspine & Braslumber são duas empresas de grande porte

que juntas empregam 2.100 colaboradores. Têm unidades fabris em Telêmaco Borba e Jaguariáiva voltadas à serragem e industrialização de produtos beneficiados de pinus. Produzem molduras e componentes de portas e janelas para o mercado externo (Estados Unidos, Ásia e Europa). ■

Senai Telêmaco Borba em números

1962 (primeiro ano de atividade com unidade física): **68** profissionais formados.

De 1962 a 2020 mais de **120 mil** profissionais foram formados pela instituição no município em diversas áreas de atuação.

1973

A sede própria do Senai, que já vinha sendo utilizada, é inaugurada oficialmente.

1989

O Sesi é instalado no município (até então as demandas das empresas da região nas áreas de Segurança e Saúde eram atendidas pelo Sesi de Ponta Grossa).

1990

É inaugurado o Centro de Tecnologia em Celulose e Papel (Cetcep), um dos centros de referência do Senai nacional voltado ao desenvolvimento tecnológico do setor.

2013

O Cetcep passa a se chamar Instituto de Tecnologia (IST) de Celulose e Papel.

2014 a 2020

Senai e Sesi consolidam sua atuação na formação e qualificação profissional, nas consultorias tecnológicas e em programas de Segurança e Saúde do trabalhador da indústria.

Crédito: Arquivo Senai



Crédito: Arquivo Senai



Crédito: Arquivo Senai



O custo que pesa sobre a indústria brasileira

Sistema tributário e problemas estruturais geram gasto adicional de R\$ 1,5 trilhão ao ano para o setor produtivo, dificultando a competição com importados no mercado interno e comprometendo as exportações

por Rodrigo Lopes

A cena é comum: nas gôndolas dos supermercados, o brasileiro se depara com uma variedade cada vez maior de produtos importados. Em uma simples refeição, é possível consumir alimentos vindos da Itália, Portugal ou Estados Unidos, entre outros países. O mesmo acontece com artigos de higiene pessoal, roupas e eletrônicos. Os itens fabricados no exterior chegam ao Brasil com preços competitivos e atraem os consumidores. Mais do que um movimento natural em um mundo globalizado, esse panorama esconde uma realidade cruel para a indústria brasileira. Mesmo com abundância de matérias-primas no país, os altos custos de produção, causados em grande medida por um sistema tributário distorcido, tiram competitividade do produto brasileiro, criando dificuldades no mercado interno e praticamente impedindo que conquistem o mercado externo. >>



Setor de siderurgia opera com grande ociosidade: saída seriam exportações, mas custos dificultam concorrência.



Crédito: Geison Bampi

Cumulatividade de impostos encarecem produtos brasileiros, prejudicando indústria e consumidores.

Para se ter uma ideia do cenário, de 2003 a 2019, as vendas no varejo brasileiro mais do que dobraram. Um avanço que não foi acompanhado pela indústria nacional. Até meados de 2014, a produção industrial acumulou crescimento de aproximadamente 30%. Com a crise a partir daquele ano, chegou ao fim de 2019 em patamares pouco superiores aos de 2003. “As vendas no varejo crescem aqui no Brasil, mas a produção industrial não cresce junto”, explica o gerente de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sergio Telles. “Nossa indústria perde competitividade e quem abastece o aumento da demanda no mercado interno são os importados”, acrescenta.

Ele ressalta que, mesmo com os impostos aplicados para a importação de qualquer item, os altos custos para produção no país fazem com que os artigos estrangeiros tenham capacidade de concorrer no mercado brasileiro. “O imposto de importação é para igualar as condições de competição. Só que parte ou toda a proteção que ele dá, o sistema tributário retira por conta da cumulatividade”, diz Telles, referindo-se ao acúmulo de tributos incidentes sobre as diferentes etapas das cadeias produtivas no Brasil, que se somam a outras distorções do sistema tributário e outras deficiências estruturais, formando o que se convencionou chamar de Custo Brasil e encarecendo o produto nacional. “A indústria brasileira tem competitividade da porta para dentro, mas o problema é fora, no ambiente em que opera”, completa.



A INDÚSTRIA BRASILEIRA TEM COMPETITIVIDADE DA PORTA PARA DENTRO, MAS O PROBLEMA É FORA, NO AMBIENTE EM QUE OPERA.



MARIO SERGIO TELLES, GERENTE DE POLÍTICA ECONÔMICA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).

O tamanho do Custo Brasil

Apesar de ser uma realidade conhecida há muito tempo pelos empresários, apenas recentemente o Custo Brasil ganhou números concretos. Estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), organização mantida por empresas e entidades de vários setores, mensurou o quanto o setor produtivo nacional gasta a mais para manter suas atividades, em

comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 37 nações. Conselheiro-executivo do MBC, Rogério Caiuby explica como foi feito o cálculo. "Identificamos 12 áreas e, dentro delas, 36 fatores críticos nos quais o Brasil tem um desempenho pior do que os países da OCDE", afirma. Em seguida, definiram-se indicadores para cada um deles, que foram comparados com as condições dos demais países. "Chegamos ao total de R\$ 1,5 trilhão ao ano, que é quanto o setor produtivo, de forma transversal, gasta a mais para fazer seus negócios no Brasil do que gastaria se fizesse com as mesmas condições colocadas nos países da OCDE", explica Caiuby.

As 12 áreas identificadas representam todo o ciclo de vida de uma empresa, desde as dificuldades para abertura e financiamento dos negócios, custos para emprego de mão de obra, deficiências de infraestrutura, acesso a insumos e energia, insegurança jurídica e excesso de burocracia, entre outras. "São todos itens da porta para fora da empresa", reforça. Segundo o executivo do MBC, a questão tributária é uma das mais emblemáticas. "Independentemente da carga tributária, a complexidade do sistema faz com que, no Brasil, uma empresa gaste em média 1.580 horas ao ano para honrar todos os

tributos. Na média dos países da OCDE, gastam-se 160 horas. Transformando esse valor em custo, o impacto é de R\$ 60 a R\$ 80 bilhões só pela estrutura contábil", explica. Agregando-se outros aspectos do sistema de impostos, o setor produtivo tem entre R\$ 240 bilhões e R\$ 280 bilhões de gastos adicionais ao ano somente para cumprir todas as suas obrigações tributárias.

Em busca de neutralidade

Especialistas e representantes do setor industrial são unânimes em dizer que o principal componente do Custo Brasil é o sistema tributário. Além dos custos extras para as empresas seguirem todas as normas, a distribuição da incidência de impostos é distorcida, acumulando-se ao longo das diferentes etapas de uma cadeia produtiva.

Para o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, o fim da cumulatividade de tributos deveria ser o primeiro ponto de uma Reforma Tributária. "Temos um modelo anacrônico, baseado em um sistema físico e não financeiro. Os impostos se acumulam a cada etapa do processo produtivo, chegando à ponta com o chamado resíduo tributário", argumenta. Para ele, uma solução seria a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), utilizado >>

Refeição com ingredientes importados encontrados nos supermercados: devido ao peso dos tributos nos similares nacionais, produtos de fora ainda são competitivos.

Macarrão
Origem: Itália
Carga tributária*: **16,3%**

Sal
Origem: Paquistão
Carga tributária: 15%

Molho de pimenta
Origem: Estados Unidos
Carga tributária: **60,6%**

Azeite de oliva
Origem: Portugal
Carga tributária: **22,8%**

Molho de tomate
Origem: Itália
Carga tributária: **36%**

*Percentual de impostos que incide sobre os similares nacionais.

Fonte: IBPT

Crédito: Gelson Bampi

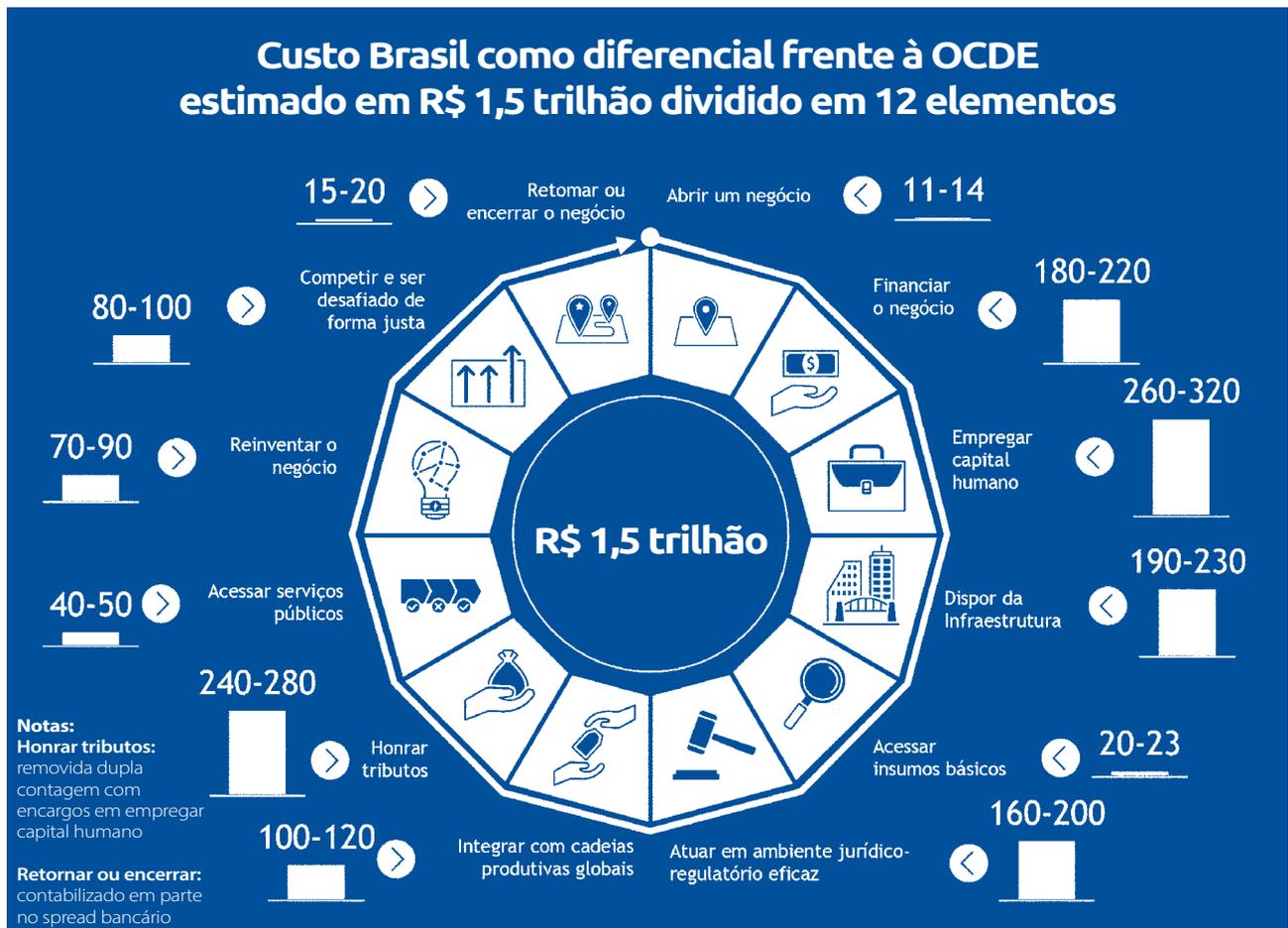
em diversos países, que eliminaria uma série de tributos e concentraria a cobrança no final da cadeia, levando em conta o valor de fato adicionado aos produtos, não incidindo sobre a aquisição de matérias-primas, por exemplo. “Com o IVA, acaba a cumulatividade, o que será um grande ganho para a indústria”.

A implantação de um IVA, que seria aplicado tanto sobre produtos quanto serviços, também seria importante para resolver outra grave distorção do sistema que prejudica especialmente a indústria: a justiça da carga tributária entre diferentes setores. A indústria de transformação, que responde por 11% do PIB do país, paga 25% de todos os impostos federais, tendo uma carga tributária total de 46,2%. Já o setor de serviços, que representa 74% do PIB, arrecada 66,4% dos impostos federais e tem carga tributária de 22,1%. “Na hora da contribuição de impostos, quem paga a conta é a indústria”, afirma Lopes.

Telles, da CNI, concorda que as propostas de Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional precisam levar em conta

uma maior neutralidade entre os setores. “Por trás disso, há questões econômicas que distorcem a decisão do empresário de onde vai fazer alocação de recursos. Basicamente, o sistema tributário está dando a sinalização para se investir aqui e não ali, porque se investir em determinado setor, vai ser muito mais tributado”, explica. “Um sistema tributário quanto mais neutro, melhor, mas o nosso não tem neutralidade nenhuma”, completa.

O tributarista João Eloi Olenike, do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), acrescenta que, além de prejudicar a indústria, o atual sistema é perverso com a população. “Nosso modelo é essencialmente com tributação sobre o consumo”, afirma. Segundo ele, em torno de 65% de toda a arrecadação tributária do país provém de impostos sobre o consumo, diferentemente do que acontece na Europa e nos Estados Unidos, onde há uma tributação maior sobre renda, patrimônio e ganhos. “Todos esses tributos vão estar no preço de venda e serão repassados sempre ao consumidor



final, que acaba sendo o contribuinte de fato”, diz. Além disso, essa forte tributação sobre as cadeias produtivas também dificulta a atração de investimentos produtivos para o Brasil. “Quando alguém quer montar um negócio, quer condições de ter um preço competitivo para o consumidor final. Mas com toda essa tributação embutida no consumo é inviável. É mais fácil investir onde se possa ter um preço menor e uma margem de lucro maior”, diz.

““

TODOS ESSES TRIBUTOS VÃO ESTAR NO PREÇO DE VENDA E SERÃO REPASSADOS SEMPRE AO CONSUMIDOR FINAL, QUE ACABA SENDO O CONTRIBUINTE DE FATO.”



JOÃO ELOI OLENIKE,
TRIBUTARISTA.

Exportando empregos

Isso explica o motivo de, ao invés de serem realizados investimentos para produção de diversos itens em território nacional, aproveitando-se da vasta oferta de matérias-primas, cada vez mais o país venda seus insumos para o exterior e importe produtos industrializados. “Em 2000, 59% do que o Brasil exportava eram manufaturados, mas isso foi caindo, chegando a 34% no ano passado”, diz o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. Por outro lado, nas importações, hoje 85% são produtos manufaturados. “Nós exportamos commodities e importamos manufaturados. Ou seja, exportamos empregos, importamos desemprego”, acrescenta. Para ele, isso não está relacionado com a capacidade do parque industrial do país, mas justamente aos custos elevados para produção.

““

NÓS EXPORTAMOS COMMODITIES E IMPORTAMOS MANUFATURADOS. OU SEJA, EXPORTAMOS EMPREGOS, IMPORTAMOS DESEMPREGO.”



JOSÉ AUGUSTO DE
CASTRO, PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO DE
COMÉRCIO EXTERIOR
DO BRASIL (AEB).

Afirmando que o sistema tributário brasileiro é “anti-exportador e anti-cadeias produtivas”, Castro adiciona outro entrave: a dificuldade encontrada pelas empresas para recuperar os créditos tributários previstos para quem vende ao exterior. O Brasil possui o Reintegra, um mecanismo legal para devolver os tributos pagos antecipadamente ao longo da cadeia por empresas exportadoras. “Só que o governo colocou o Reintegra, que na lei está em 3%, em 0,1%, simbólico, e me obriga a exportar tributo”, explica, acrescentando que esses resíduos tributários representam 7% do valor total de um produto exportado, o que diminui sua competitividade no exterior.

Para ilustrar o problema, Castro faz um paralelo entre as exportações de soja do Brasil e da Argentina, que têm um mecanismo semelhante de compensação tributária. Aqui, 95% das vendas de soja para o exterior são em grão. No país vizinho, 95% das exportações do produto são de óleo, que ganha valor após a industrialização. “Uma empresa que produz óleo no Brasil, quando compra soja no mercado interno, paga ICMS, PIS e Cofins. Quando vai exportar óleo de soja, tem que pagar os tributos, mas sobraram créditos desses impostos, que ela vai receber quando? Nunca, então ela tem que colocar como custo e isso faz com que sejamos desestimulados a industrializar”, declara. Em outros casos, o produto in natura retorna ao país depois de industrializado, custando muito mais. É o que acontece na relação entre Brasil e Alemanha, por exemplo, em que o café é o item mais vendido ao país europeu. “Nós exportamos 95% do nosso café em grão. Ele é vendido para a Alemanha, que faz um blend e exporta para cá custando dez vezes mais do que quando saiu daqui”, afirma Castro. >>

Nos produtos de higiene pessoal, carga tributária é ainda mais pesada no Brasil e boa parte dos itens vem de fora do país.



Exportações - Produtos

Principais produtos exportados pelo Brasil (2019, em US\$)



Fonte: ComexStat (MDIC)
Elaborado: Centro Internacional de Negócios do Paraná

Importações - Produtos



Fonte: ComexStat (MDIC)
Elaborado: Centro Internacional de Negócios do Paraná

Participação da indústria no PIB e arrecadação de tributos

	Agropecuária	Indústria*	Serviços e comércio
Participação no PIB	5%	11%	74%
Participação na arrecadação de tributos federais	0,4%	25%	66,4%
Carga tributária do setor**	1,9%	46,2%	22,1%

*Considerando-se apenas a indústria de transformação, sem contar indústria extrativa, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

**Percentual do faturamento do setor destinado ao pagamento de tributos.

Balança comercial brasileira por fator agregado (2019, em US\$)

	Exportações	Participação	Importações	Participação
Básicos	119 bilhões	52,8%	17,5 bilhões	9,9%
Semimanufaturados	28,4 bilhões	12,6%	8,3 bilhões	4,7%
Manufaturados	77,9 bilhões	34,6%	151,5 bilhões	85,4%
Total	225,3 bilhões	100%	177,3 bilhões	100%

Outro setor que, se tivesse condições mais favoráveis no Brasil, poderia ampliar sua produção para competir no mercado externo é o siderúrgico. Matéria-prima não faltaria. Hoje, o país é o segundo maior exportador de minério de ferro do mundo, respondendo por 11% das vendas internacionais do produto. Mas, em termos de produtos industrializados, como ferro fundido, ferro e aço, por exemplo, o país é apenas o 11º maior exportador, respondendo por 3% do mercado. Os gastos excessivos para o setor começam já na implantação de uma unidade industrial. Estudo da CNI mostra que, para se instalar uma siderúrgica no Brasil, o custo é 10,6% mais alto do que em outros países por causa de impactos diretos e indiretos dos tributos sobre bens e serviços. Ainda assim, o setor teria condições de aumentar suas exportações, já que o atual parque siderúrgico brasileiro opera abaixo de sua capacidade devido à retração do mercado interno.

Mas, novamente, o Custo Brasil é um entrave. “A indústria brasileira de aço investiu, de 2008 a 2019, US\$ 27,5 bilhões”, afirma Marco Polo de Mello Lopes, do Instituto Aço Brasil. “Temos uma siderurgia no estado da arte, pronta para competir em quaisquer condições, com capacidade instalada de 52 milhões de toneladas, a 9ª maior produtora no mundo e estamos com ociosidade. Por isso, a gente precisa exportar, mas o governo tem que fazer a sua parte. Para a indústria brasileira, a Reforma Tributária é imprescindível como uma base para a retomada do crescimento econômico”, completa.

Castro, da AEB, concorda. “Somos a 9ª economia do mundo, mas apenas o 30º país exportador. Se o Brasil não fizer a



A REFORMA TRIBUTÁRIA É IMPRESCINDÍVEL PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO.”

MARCO POLO DE
MELLO LOPES,
INSTITUTO AÇO
BRASIL.



Reforma Tributária, simplesmente vamos nos tornar uma colônia dos países industrializados”, afirma. “Os problemas do Brasil são todos conhecidos, temos apenas que solucioná-los. Brinco sempre que, se não fizermos nosso dever de casa, a solução vai ser rezar em mandarim, porque vamos ficar 100% dependentes da China”, conclui. ■

Escaneie o código para assistir a entrevistas exclusivas e saber mais sobre o tema.



Minérios por toda parte

De revestimentos cerâmicos a cosméticos, os minérios estão presentes na maioria dos produtos

por *Elvira Fantin*



Crédito: Divulgação Mineração São Judas

As minas do Paraná fornecem matéria-prima para indústrias dos mais diversos setores.

Os minérios industriais estão em praticamente todos os produtos que usamos no nosso dia a dia, como louças, papéis, produtos de higiene e limpeza e até cosméticos. Eles também entram na composição de tintas automotivas e imobiliárias, revestimentos cerâmicos, artefatos de borracha e plástico, fertilizantes agrícolas e produtos veterinários.

O Paraná é um grande produtor de minérios industriais (não-metálicos) utilizados em todo o sul do país. “Aproximadamente

70% das indústrias que utilizam os minérios como matéria-prima estão localizadas no sul e sudeste”, informa Fábio Pires Leal, empresário do setor e presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Minerais Não Metálicos do Paraná (Sindiminerais). Ele destaca que o Brasil é o segundo produtor mundial de revestimentos cerâmicos, ficando atrás apenas da China. “Essa indústria é uma grande consumidora de talco com carbonato, um dos nossos principais produtos”, comenta.

Papel branco

Outro setor grande consumidor de minérios é o de papel. “Uma folha de papel tem em sua composição 75% de celulose e 25% de carbonato de cálcio. É isso que deixa o papel branco e permite que ele seja usado para a escrita e a impressão”, explica Leal. Em parceria com o Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Celulose e Papel, com sede em Telêmaco Borba, o empresário, que é proprietário da Mineração São Judas, de Ponta Grossa, está desenvolvendo um projeto de inovação que viabiliza o beneficiamento do carbonato de cálcio para a produção da calcita branca para uso em papel. “A partir desse projeto será possível produzir aqui no Paraná o que hoje vem do Espírito Santo”, informa.

Talco para a indústria cerâmica

As regiões de Ponta Grossa e Castro são reconhecidas como grandes fornecedores de talco para a indústria de revestimento cerâmico. “Nesses revestimentos, nem a China conseguiu bater o preço do Brasil, pois a matéria prima é nossa”, destaca Leal. “Temos o menor preço, por isso estamos expandindo no resto do mundo. Isso graças a uma massa cerâmica original que aliada ao talco forma um produto inigualável”, comenta.

“

TEMOS O MENOR PREÇO, POR ISSO ESTAMOS EXPANDINDO NO RESTO DO MUNDO. ISSO GRAÇAS A UMA MASSA CERÂMICA ORIGINAL QUE ALIADA AO TALCO FORMA UM PRODUTO INIGUALÁVEL.”



FÁBIO PIRES LEAL,
PRESIDENTE DO
SINDIMINERAIS.

“

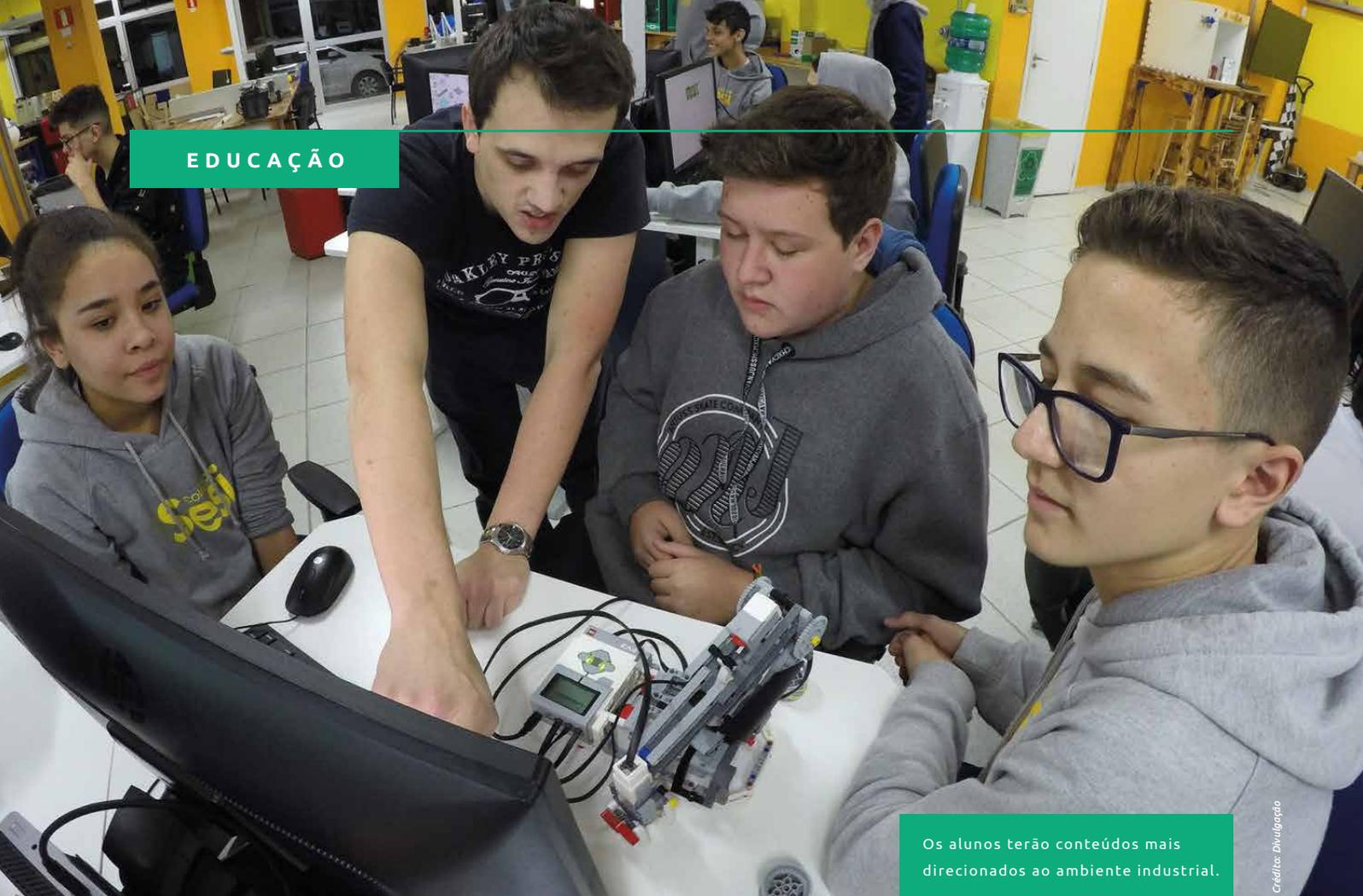
SOMOS RIGOROSAMENTE FISCALIZADOS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E SEGUIMOS TODAS AS NORMAS. AS ÁREAS QUE EXPLORAMOS SÃO RECUPERADAS E VOLTAM À PRODUÇÃO.”



GUSTAVO
MANDALOZZO,
EMPRESÁRIO DO
SETOR HÁ 40 ANOS.

Há 40 anos, Gustavo Ângelo Mandalozzo atua na área fornecendo talco para a indústria de porcelanato, pisos e azulejos. “O Brasil é um dos grandes exportadores, está entre os principais produtores mundiais, ao lado de China, Itália e Espanha. E no Brasil, o Paraná é o principal fornecedor de talco para essa indústria”, conta Mandalozzo, que é proprietário da Itajara Minérios Ltda, com sede em Ponta Grossa.

“O setor de mineração muitas vezes é visto como vilão por conta do impacto ambiental que causa, mas sem o minério praticamente não há indústria que sobreviva. Além disso, somos rigorosamente fiscalizados pelos órgãos ambientais e seguimos as normas, além de pagar royalties pela exploração”, informa. Ele acrescenta ainda que as áreas de extração mineral são recuperadas e voltam a produzir, após a extração do minério. “Há uma área que lavrei e extraí talco durante dez anos, depois recuperamos o solo, revegetamos e hoje ali se cultivam soja e milho com boa produtividade”, conta. ■



Os alunos terão conteúdos mais direcionados ao ambiente industrial.

Crédito: Divulgação

Foco na formação para a indústria

Colégio Sesi traz novidades para o ano letivo de 2021

Um ensino mais próximo da indústria e concomitante à formação profissional. Essa é a principal novidade do Colégio Sesi para 2021. O currículo será mais direcionado para a formação dos alunos de acordo com as reais necessidades do setor industrial e o novo modelo vai permitir que os estudantes do ensino médio tenham mais autonomia, tendo acesso a palestras sobre a indústria, exposições culturais com temas do segmento, encontro de carreiras com industriários e aprendizagem sobre os processos industriais e o mundo do trabalho.

“A razão da existência do Sistema Fiep é prestar serviços que agreguem valor à indústria. Por isso, desenvolvemos uma nova proposta de ação para o Colégio Sesi no Paraná”, destaca o presidente do Sistema Fiep, Carlos Valter Martins Pedro. “Queremos

proporcionar aos alunos um amplo conhecimento sobre o setor industrial, que é um grande empregador e, portanto, uma oportunidade segura de trabalho para esses jovens num futuro próximo”, diz Carlos Valter. Ele acrescenta que a intenção é cada vez mais preparar os alunos para o mercado de trabalho, com a intensificação das vivências práticas no universo industrial.

Oficinas de Aprendizagem

Algumas questões, que fazem do Colégio Sesi referência em educação, não mudam, como a sua metodologia, que continuará sendo por meio de Oficinas de Aprendizagem. Nesse formato, os alunos se reúnem em equipes para solucionar desafios propostos, promovendo a integração das disciplinas, a autonomia, a criatividade e o trabalho em equipe.

“Com esse método, os alunos desenvolvem, além do conhecimento técnico, habilidades interpessoais que os ajudam no mercado de trabalho e na vida”, explica Giovana Punhagui, gerente executiva de Educação do Sistema Fiep. Ela esclarece que a integração com a indústria começa já na educação básica, o que irá favorecer o aluno quando ele

ingressar no mercado de trabalho. “Os dois lados ganham: o aluno e a indústria”, pontua Giovana.

Setores industriais

A interação com a indústria promete ser bastante abrangente. Já em 2021, a proposta das Oficinas de Aprendizagem é apresentar aos alunos os diversos setores industriais do Paraná, para que eles possam entender os desafios do segmento, por meio de trabalhos em equipe. “Hoje, é fundamental que os alunos tenham senso crítico e capacidade de resolver problemas. Cada vez mais as escolas devem preparar os alunos para essa realidade, investindo em debates, atividades que envolvam o raciocínio lógico e até mesmo o trabalho em equipe”, frisa a gerente.

Dessa forma, os estudantes “continuam desenvolvendo habilidades e competências comuns do currículo de forma inovadora, mas também passam a conhecer os desafios da indústria paranaense que está passando por um processo de transformação digital”, ressalta. O Colégio Sesi da Indústria está com as matrículas abertas para o ano letivo de 2021, quando a iniciativa será implementada. Para mais informações, acesse colegiosesi.com.br. ■



A solução de desafios em equipe é um dos diferenciais do Colégio Sesi.

Heitor Stockler de França, homem das artes e liderança industrial



Crédito: Acervo Sistema Fiep



Crédito: Mariana Weidner Fachini



Crédito: Galson Stampi

Empresário do setor gráfico, advogado, jornalista e homem ligado às artes, Heitor Stockler de França foi um dos fundadores da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e seu primeiro presidente. Com seu perfil de liderança, representou a classe industrial paranaense nos anos de 1940, no momento em que o movimento sindical brasileiro passava por significativa expansão.

Em 1944, juntou-se a um grupo de industriais e fundou a Fiep, formalizando a representatividade do setor na defesa dos interesses da indústria do Paraná. Em 1946, Stockler de França filiou a Fiep à Confederação Nacional da Indústria (CNI), inserindo a entidade paranaense no cenário nacional. Ele realizou o árduo trabalho de consolidar a imagem da entidade frente à classe industrial, aos trabalhadores e às autoridades governamentais locais e nacionais. O empresário presidiu a Fiep até o ano de 1958.

Stockler de França também fundou o Sesi, em 1947, que se somou ao Senai, fundado anteriormente, em 1943. Esse conjunto de entidades, acrescido do Instituto Evaldo Lodi (IEL) do Paraná, que foi inaugurado em 1969, formaria o Sistema Fiep.

'Casa Heitor'

Em 2013, a casa onde Heitor Stockler de França viveu no centro de Curitiba com a esposa Brasília e os filhos foi disponibilizada para a Fiep pelos seus herdeiros. Localizada na rua Marechal Floriano Peixoto, quase esquina com a rua Pedro Ivo, a construção pintada de cor-de-rosa data de 1893. É um marco da arquitetura do século XIX que foi muito bem preservado e hoje abriga o Centro Cultural Heitor Stockler de França, mantido pelo Sesi do Paraná. O local é carinhosamente chamado de 'Casa Heitor'.

Desde que foi fundado, em 2013, o espaço promove muitas ações culturais, com apresentação de shows e concertos, tudo gratuito e aberto ao público em geral (*). É um local destinado também à valorização dos artistas locais.

A casa sempre teve vinculação com a vida cultural da cidade. Heitor Stockler de França e sua esposa eram apreciadores das artes. Na casa está parte do acervo da família, composto por quadros, fotografias históricas e um piano Essenfelder, muito usado por Heitor e Brasília em saraus que realizavam na residência para reunir familiares e amigos.

Heitor Stockler de França viveu de 1888 a 1975. ■



Crédito: Divulgação

(*) Devido à pandemia, a programação do Centro Cultural Heitor Stockler de França está suspensa. Mas, quando retomada, pode ser acessada por este QR Code.



Encontro de gerações

Estudo do Sistema Fiep aponta que manter equipes com idades diversas é positivo para as empresas

por Douglas Luz



Empresas que unem várias gerações são mais produtivas e inovadoras. Essa é uma das conclusões do estudo “Rotas Diversidade e Longevidade 2035”, desenvolvido pelo Centro de Inovação Sesi (CIS) em Longevidade e Produtividade, em parceria com o Observatório Sistema Fiep. O documento traz uma análise completa a respeito do tema, propõe mais de 140 ações de curto, médio e longo prazos, e está disponível em longevidade.ind.br.

Para Nólly Mercer, coordenadora do CIS, promover a gestão da idade de forma estratégica nas organizações é essencial para que os líderes saibam como gerir equipes com essa composição demográfica. “As empresas que trabalharem a gestão da idade poderão tirar vantagem de forças e talentos de diferentes grupos etários, se antecipando à falta de habilidades. Além disso, poderão reduzir a rotatividade e os custos com recrutamento”, destaca.



>>

Para ela, as empresas brasileiras ainda não se deram conta do envelhecimento populacional e do quanto isso impacta no perfil de suas equipes de trabalho. “Soluções com o foco em relações intergeracionais, como programas de mentoria, devem ser fomentados, visando aproveitar todo esse conhecimento e experiência e permitir que seja transmitido para os jovens profissionais”, conclui.



SOLUÇÕES COM O FOCO EM RELAÇÕES INTERGERACIONAIS, COMO PROGRAMAS DE MENTORIA, DEVEM SER FOMENTADOS.



NOÉLLY MERCER,
COORDENADORA DO
CIS EM LONGEVIDADE
E PRODUTIVIDADE.

Experiência e troca

Segundo o gerente de Recursos Humanos do Sistema Fiep, Juliano Padilha, a troca entre indivíduos com diferentes experiências e valores, além de olhares distintos para os clientes e o mercado, possibilita uma visão mais abrangente sobre as oportunidades de negócios. “Para isso, é importante que a organização crie um ambiente onde as oportunidades sejam valorizadas e até mesmo reforçadas”, ressalta.



É IMPORTANTE QUE A ORGANIZAÇÃO CRIE UM AMBIENTE ONDE AS OPORTUNIDADES SEJAM VALORIZADAS E REFORÇADAS.



JULIANO PADILHA,
GERENTE DE
RECURSOS HUMANOS
DO SISTEMA FIEP.

O consultor de carreira da Esic Internacional, Alexandre Weiler, comenta que atualmente três gerações distintas têm convivido no ambiente de trabalho, e que no Brasil não são, necessariamente, ligadas à faixa etária. “Nenhuma empresa, hoje, consegue sobreviver com um tipo de geração apenas. E essa mistura entre elas gera inovação”, relata. Para ele, essa relação é uma questão de cultura organizacional, gestão de conflitos, liderança, grandes habilidades de comunicação, estratégia clara e transparência – sempre por trás de uma gestão coerente, séria e com propósito.



NENHUMA EMPRESA, HOJE, CONSEGUE SOBREVIVER COM UM TIPO DE GERAÇÃO APENAS. E ESSA MISTURA ENTRE ELAS GERA INOVAÇÃO.



ALEXANDRE WEILER,
CONSULTOR DE
CARREIRA DA ESIC
INTERNACIONAL.

Juventude e experiência

Na Bosch, empresa de tecnologia em Curitiba, foi iniciado em 2019 um trabalho em parceria com o Sesi com foco na intergeração. De acordo com Paula Pessoa, gerente de Recursos Humanos da empresa, a ideia é focar no que cada geração agrega de valor e nos impactos positivos dessa relação para toda a organização. “Em um ambiente onde temos a juventude e a experiência cooperando, conseguimos acelerar resultados, promover inovação e desenvolver pessoas considerando as diferentes perspectivas entre o novo que é trazido pelo jovem e a experiência do sênior”, destaca.

Para ela, isso só se concretiza a partir da interação e diversidade dos departamentos na empresa. “Times diversos trabalhando juntos aumentam a capacidade de criatividade para solução de problemas e proposição de melhorias, além de promover inovação e resultados exponenciais”, afirma.



TIMES DIVERSOS TRABALHANDO JUNTOS AUMENTAM A CAPACIDADE DE CRIATIVIDADE PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS. ”

PAULA PESSOA,
GERENTE DE
RECURSOS HUMANOS
DA BOSCH.



Edilson Santos iniciou sua trajetória na Bosch há 33 anos, trabalhando na portaria. Atualmente, aos 57 anos, o colaborador faz parte do time de Relações Trabalhistas, no RH da empresa, e é administrador por formação. Ele diz que a convivência entre diferentes gerações contribui para um aprendizado constante para todos os envolvidos. “O jovem chega para aprender a sua nova atividade com uma pessoa mais experiente. Ele observa, aprende, faz e quando já está seguro sobre o processo, ele comenta: ‘e se fizéssemos de uma forma diferente?’. A partir disso, o colaborador mais experiente analisa e percebe que é uma nova forma que agrega valor e gerou um novo aprendizado”, relata.

De acordo com Santos, a troca de experiências entre os mais novos e os mais experientes gera um equilíbrio positivo na gestão do conhecimento. “Ambos têm contribuições valiosas, que juntas são importantíssimas para as organizações”, analisa.

Edwin Duarte, 25 anos, é engenheiro de produto na Bosch e trabalha com desenvolvimento de produtos digitais no departamento de Engenharia. Ele começou sua carreira na empresa como aprendiz técnico, aos 18 anos. Para ele, o maior ganho em trabalhar com diferentes gerações é que cada um consegue entender e analisar a mesma situação de formas diferentes. “Essas experiências mudam as perspectivas que temos dos problemas e suas soluções e, trabalhando colaborativamente, conseguimos encontrar rapidamente alternativas mais inovadoras e criativas”, ressalta. “O desafio está em enxergar a situação com os olhos de outra geração e incorporar essa visão à sua”, afirma. ■

No dia a dia

Ana Cláudia de Lima, gerente de Recursos Humanos e Inovação da Caemun Moveleira, de Arapongas, no norte do Paraná, contou que a empresa possui uma equipe bem heterogênea, na qual as posições e os grupos são formados naturalmente, segundo as competências necessárias para cada função desempenhada. “Os conflitos existem, independentemente das diferentes gerações. São importantes e devem ser administrados com um bom jogo de cintura dos líderes”, salienta.

Para Ana Cláudia, as competências mais latentes de cada geração fazem um contrapeso, inclusive, na tomada de decisões. “Os resultados são positivos, pois as diferenças de opiniões convergem em ações que trazem resultado. Todas as gerações têm muito o que aprender umas com as outras, essa troca é muito rica”, destaca.



TODAS AS GERAÇÕES TÊM MUITO O QUE APRENDER UMAS COM AS OUTRAS, ESSA TROCA É MUITO RICA. ”

ANA CLÁUDIA DE
LIMA, GERENTE DE
RECURSOS HUMANOS
E INOVAÇÃO
DA CAEMMUN
MOVELEIRA.



A Radiante, empresa especializada em Telecomunicações, de Curitiba, discute o assunto há alguns anos. Jedalva Oliveira, há nove anos na empresa, começou como coordenadora de Recursos Humanos. “É uma companhia que conta com colaboradores de diversas faixas etárias, então era importante fazer com que essas diferentes gerações se encontrassem para trocar experiências”, comenta. “O Sistema Fiep, por meio do Sesi, contribuiu muito para que isso fosse possível, por meio das consultorias e encontros”, complementa. Atualmente, a colaboradora atua como analista jurídica.

INOVAÇÃO

Creditor: Gelson Bampi

O Senai do Paraná integra a rede Senai Biomol, que reúne laboratórios de sete estados com capacidade de produção de testes RT-PCR.

Tecnologias a favor da saúde

Em busca de soluções para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, indústrias se reinventam direcionadas por movimentos globais

por Priscila Aguiar

Buscar novas soluções e se reinventar. Essas foram as alternativas para muitas empresas, que precisaram recorrer à inovação e à tecnologia para manter a competitividade dos negócios, especialmente no período de pandemia. E diversas iniciativas estão se consolidando como tendências para os próximos meses ou anos.

Para entender os movimentos globais que podem direcionar as ações das companhias, o Observatório Sistema Fiep lançou um estudo sobre sinais e drivers tecnológicos, com base no cenário pandêmico. “Usamos os pilares da indústria 4.0 para estruturar a análise. Identificamos sinais e, com base neles, chegamos a dez drivers, que são catalisadores de mudanças, ou seja, estão moldando o futuro da tecnologia”, explica Raquel Valença, coordenadora de negócios do Observatório.

Um conceito que surgiu neste ano foi o de economia de baixo contato, que envolve o distanciamento ou o isolamento social. Engloba, por exemplo, as soluções de varejo online e a digitalização de serviços. Para as indústrias, implica em redesign de espaços físicos e mesmo de processos para garantir a segurança dos trabalhadores e evitar a contaminação. Dentro da abordagem de sinais e drivers tecnológicos, está vinculado ao conceito de robotização pró-distanciamento, que envolve a utilização de sistemas eletromecânicos para evitar ou diminuir o contato físico.

A Benazzi Engenharia, de Londrina, tem atuado nessa frente. A empresa foi uma das selecionadas pela chamada Saúde Tech, iniciativa do Senai do Paraná em parceria com o governo do estado e com a Fundação Araucária para promover o controle e o combate à Covid-19. Em conjunto com a Habitue Arquitetura e com o apoio do Instituto Senai de Tecnologia (IST) em Construção Civil, em Ponta Grossa, desenvolveu uma ferramenta que utiliza a tecnologia Building Information Modeling (BIM) para otimizar layouts em estabelecimentos de saúde. “Nosso produto auxilia na gestão de fluxos de pessoas, resíduos e insumos, para evitar que haja conflito entre eles, reduzindo o risco de contágio”, explica Luciana Ferreira de Camargo Duarte, sócia-administradora da Benazzi.

“
NOSSO PRODUTO AUXILIA NA GESTÃO
DE FLUXOS DE PESSOAS, RESÍDUOS
E INSUMOS, PARA EVITAR QUE HAJA
CONFLITO ENTRE ELAS, REDUZINDO O
RISCO DE CONTÁGIO.”



LUCIANA FERREIRA
DE CAMARGO
DUARTE, SÓCIA-
ADMINISTRADORA
DA BENAZZI.

A parceria com o Instituto foi fundamental para o projeto. “O IST nos apoiou na modelagem e na construção da ferramenta, assim como no desenvolvimento do projeto-piloto”, explica Luciana. Tanto a solução (modelo em BIM), como um manual orientando o uso, serão disponibilizados gratuitamente, por meio do site do Senai Paraná, na área de Tecnologia e Inovação. “Qualquer indivíduo com conhecimento em gestão hospitalar pode fazer o download do arquivo e adaptá-lo para a realidade de seu local de trabalho”, comenta.

Embora o produto tenha sido voltado para estabelecimentos assistenciais de saúde, é possível modificá-lo para outras aplicações. “É uma ferramenta de gestão, então se a pessoa quiser alterar alguns parâmetros, ela consegue gerir os fluxos de uma indústria ou de qualquer tipo de estabelecimento”, esclarece a empresária.



DEVEMOS TER UMA PRODUÇÃO MAIS
LOCAL PARA NÃO DEPENDERMOS DE
RECURSOS DE FORA.”



RAQUEL VALENÇA,
COORDENADORA
DE NEGÓCIOS DO
OBSERVATÓRIO
SISTEMA FIEP.

Inspiração de fora para soluções locais

A interrupção de cadeias de suprimento evidenciou a interdependência da economia mundial, despertando para a necessidade de regionalizar algumas soluções. “Devemos ter uma produção mais local para não dependermos de recursos de fora”, enfatiza Raquel Valença. E diversas indústrias se adaptaram para produzir tecnologias que antes vinham de outros países. Essa reinvenção está ligada ao conceito de manufatura aditiva, um pilar tecnológico também identificado pelo Observatório no período de pandemia. >>



Crédito: Gelson Bampi

Selecionada na chamada Conexão Senai, a Tecnind desenvolveu um equipamento capaz de produzir cerca de 3.600 máscaras por hora.

E quem precisou se reinventar foi a curitibana Tecnind, fabricante de máquinas e equipamentos selecionada na chamada Conexão Senai, uma iniciativa nacional para auxiliar empresas na produção de equipamentos de proteção. Para o proprietário José Henrique Riffel, a oportunidade surgiu em bom momento. “No fim de abril, estávamos praticamente parados. Aí aproveitamos para pensar em outros negócios”.



NO FIM DE ABRIL, ESTÁVAMOS PRATICAMENTE PARADOS. AÍ APROVEITAMOS PARA PENSAR EM OUTROS NEGÓCIOS.



JOSÉ HENRIQUE RIFFEL, PROPRIETÁRIO DA TECNIND.

Ele começou a pesquisar sobre a produção de máscaras e percebeu que havia uma demanda por soluções nacionais. “Vi que muitos equipamentos eram da China e que tínhamos poucos fornecedores locais, muitos deles produzindo máquinas de baixa tecnologia e para produção em menor escala”, conta. Durante quase um mês, dedicou boa parte do tempo para entender o processo de fabricação, até começar a construir o próprio equipamento.

E a mentoria do Senai do Paraná, que durou cerca de um mês, ajudou a Tecnind a adequar o projeto para atender a regulamentações. “Foi interessante para compreender o processo produtivo, os testes aplicáveis para certificação e as normativas. São informações que teremos que repassar aos clientes”, explica Riffel.

A solução contempla a produção de dois equipamentos, que trabalharão sincronizados: um para fabricação do corpo da máscara, já em etapa de teste, e outro para a colocação do elástico. A expectativa é de que a máquina produza em torno de 3.600 máscaras por hora.

Biotecnologia para detecção de doenças

Algoritmos e modelos matemáticos têm sido importantes ferramentas para pesquisas científicas e tomadas de decisão. No cenário da pandemia originada pelo Sars-CoV-2, a situação não é diferente, pois equipamentos avançados processam dados e podem gerar respostas para o diagnóstico e o controle da Covid-19. “No contexto de sinais e drivers tecnológicos, essas soluções estão vinculadas ao conceito de simulações moleculares, que envolve o trabalho de biotecnologia”, explica Raquel.

E o Senai do Paraná, por meio do Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica, em Curitiba, está inserido nesse pilar. A instituição integra a rede Senai Biomol (Biologia Molecular), que reúne nove laboratórios de sete estados com capacidade de produzir testes de diagnóstico RT-PCR, que detecta o novo coronavírus.

O Instituto recebeu R\$ 2,7 milhões não-reembolsáveis, por meio do Edital de Inovação da Indústria, para compra de equipamentos e investimentos em estrutura para fazer o diagnóstico da Covid-19. “Os estados que já tinham um laboratório de biologia molecular de nível 1 puderam se inscrever para o segundo nível, que permite a manipulação de testes na metodologia PCR, que podem ser usados para o diagnóstico da Covid-19 e de outras doenças”, explica Fabrício Luz Lopes, gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Sistema Fiep.



OS ESTADOS QUE JÁ TINHAM UM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR DE NÍVEL 1 PUDEAM SE INSCREVER PARA O SEGUNDO NÍVEL, QUE PERMITE A MANIPULAÇÃO DE TESTES NA METODOLOGIA PCR, QUE PODEM SER USADOS PARA O DIAGNÓSTICO DA COVID-19 E DE OUTRAS DOENÇAS.



FABRÍCIO LUZ LOPES,
GERENTE EXECUTIVO
DE TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO DO
SISTEMA FIEP.

A produção deve ter início a partir de outubro. Inicialmente, o foco será na oferta de testes para as indústrias paranaenses e, depois, a estrutura será usada para pesquisas biomoleculares de diversos tipos. Entre elas, a de prevalência de Covid-19 nos esgotos, além de pesquisas voltadas ao agronegócio e à detecção de outras doenças.

A comercialização será por meio do Sesi, que também fará os exames. A capacidade será de 10 mil testes por mês, podendo atender a indústrias de todo o estado. Mais informações estarão disponíveis no site do Sesi do Paraná. ■

Alternativa para impulsionar os negócios

Além dos editais de inovação, uma alternativa para as indústrias que precisam impulsionar os negócios é o Brasil Mais, que conta com a parceria do Senai e do Sebrae. “É uma iniciativa em que as empresas participantes recebem uma mentoria com foco principalmente na otimização de recursos, proporcionando um ganho de produtividade com redução de custos, de desperdício e de horas envolvidas na fabricação de um produto”, conta Felipe Couto, gerente de Inovação e Produtividade do Sistema Fiep.

Saiba mais em bit.ly/eficienciaeprodutividade.

Drivers tecnológicos direcionam ações

Dez drivers tecnológicos foram identificados pelo Observatório Sistema Fiep.

Confira o estudo completo por meio do QR code abaixo.



Soluções com código aberto



Higienização inteligente



Cenário de evolução hipotética



Simulações moleculares



Entretenimento interativo



Nuvens adaptativas



Codificação epidemiológica



Vigilância biométrica



Robotização pró-distanciamento



Resiliência cibernética

Crédito: C.Vale



Christihan Wutzke, cooperado: toda renda da família vem da criação de aves, peixes e suínos em Terra Roxa, Oeste do Paraná.

Cooperar para prosperar

Sindicatos e cooperativas estão fazendo a diferença num ano desafiador para todo o setor produtivo do Paraná

por *Patrícia Gomes*

Num ano de grandes desafios para a indústria, o ditado popular “uma andorinha só não faz verão” nunca fez tanto sentido. O cenário da pandemia do novo coronavírus reforçou a importância do associativismo para o setor produtivo. Por todo o Paraná há exemplos de empresas e entidades que se uniram para vencer a crise e fortalecer sua atividade, independentemente do segmento e do conceito de concorrência.

Foi assim que em abril, empresários do setor do vestuário se depararam com uma situação inusitada. As medidas restritivas que interromperam as atividades no comércio geraram cancelamento de pedidos e o faturamento do setor caiu drasticamente. “Com a atuação do sindicato, conseguimos transformar a estrutura das fábricas para produzir máscaras e aventais para profissionais de saúde”, conta a presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí (Sivale), Elizabete Ardigo.

“**COM A ATUAÇÃO DO SINDICATO, CONSEGUIMOS TRANSFORMAR A ESTRUTURA DAS FÁBRICAS PARA PRODUZIR MÁSCARAS E AVENTAIS PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE.**”

ELIZABETE ARDIGO,
PRESIDENTE DO
SINDICATO DAS
INDÚSTRIAS DO
VESTUÁRIO DE
APUCARANA E VALE
DO IVAÍ (SIVALE).



Crédito: Celison

Foram dois meses de serviço garantido para quem estava com a linha totalmente parada. Com a procura grande e o preço atrativo, a iniciativa logo atraiu os olhares de outros empresários não filiados. “Mais pessoas perceberam a importância dessa união e, de 80 filiados que tínhamos antes da pandemia, agora passamos de 100”, completa.

Um desses novos associados é Denny Mendes, da Paraná Bonés. “Vi meu faturamento cair a zero em março”, lembra. Com tudo parado, ele soube da oportunidade do sindicato e diz que quis receber uma “fatia do bolo” também. “Adaptamos nossa linha e terceirizamos uma parte da produção. Conseguimos manter todos os colaboradores com dois meses de trabalho garantido. Essa ajuda foi fundamental para não fecharmos as portas”, conta.

A medida fortaleceu o setor. Empresários viram na crise uma oportunidade, e máscaras e aventais passaram a fazer parte do portfólio de produtos das indústrias. O sindicato comandou as negociações e, como retorno, além de mais associados, recebeu a gratidão dos empresários. “Formamos um grupo tão colaborativo que hoje trocamos informações sobre fornecedores, insumos, tecnologias e mão de obra, o que tem ajudado muito no dia a dia dos empresários”, afirma. Atualmente, o Sivale defende os interesses de empresas que geram mais de 20 mil empregos diretos na região de Apucarana.

Pão com segurança jurídica

Já na indústria da panificação, que não parou durante as medidas restritivas, o desafio foi adequar os estabelecimentos para atender o público com segurança. “Desde março foram muitos decretos e medidas provisórias expedidas pelos governos e as dúvidas dos associados eram diversas”, explica o presidente do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria no Estado do Paraná, Vilson Felipe Borgmann. “Colocamos nosso departamento jurídico à disposição e menos de 24 horas depois de publicadas as informações já estávamos aptos a auxiliar nossos associados”, conta.

“Também tivemos de entrar com ações na justiça e mandados de segurança para manter as padarias abertas”, acrescenta. Segundo Borgmann, outro fator que contribuiu é que o Sipcep já atuava para preparar os estabelecimentos em relação a boas práticas. “A adaptação às novas medidas



Indústria da panificação não parou na pandemia, mas teve de se adequar para atender com segurança.

sanitárias foi rápida. Por estarmos um passo à frente, isso foi um diferencial para aumentar a confiança dos órgãos públicos na liberação do atendimento”, reforça. Atualmente, o Sipcep atende 80% das empresas de panificação do Paraná, beneficiando cerca de 3.500 estabelecimentos no estado. >>



COLOCAMOS NOSSO DEPARTAMENTO JURÍDICO À DISPOSIÇÃO E MENOS DE 24 HORAS DEPOIS DE PUBLICADAS AS INFORMAÇÕES JÁ ESTÁVAMOS APTOS A AUXILIAR NOSSOS ASSOCIADOS. ”

VILSON BORGSMANN, PRESIDENTE DO SIPCEP.





Com mais de seis mil associados, Copacol intensificou ações de comunicação reforçando os cuidados com higienização e distanciamento social.

Cooperativismo se reinventa

Em mais de dois séculos de história do cooperativismo no Paraná, o movimento ganhou contornos especiais em 2020, o que tornou sua existência ainda mais fundamental. Em quase 30 anos de atividade na Copacol, cooperativa do Oeste do Estado com mais de seis mil associados, a assessora de cooperativismo, Elizete Lunelli Dal Molin, não se lembra de nada parecido com o que está enfrentando atualmente.

Todas as atividades presenciais oferecidas às famílias dos cooperados, mais de 900 pessoas, de 21 grupos diferentes, foram suspensas em março. Cursos, treinamentos e palestras de desenvolvimento técnico e profissional, gestão de negócios e desenvolvimento de projetos foram cancelados. “Foram intensificadas ações de comunicação reforçando os cuidados com higienização e distanciamento social”, conta.

Outras atividades e seminários foram reformulados para o modelo online. “No início houve dificuldade de adaptação à tecnologia e algumas limitações de sinal no meio rural. Foi um aprendizado para todos nós. Mas agora já tivemos alguns desafios propostos que renderam mais de 100 participações e pretendemos manter a frequência até que tudo volte ao normal”, detalha.



FORAM INTENSIFICADAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO REFORÇANDO OS CUIDADOS COM HIGIENIZAÇÃO E DISTANCIAMENTO SOCIAL.



ELIZETE LUNELLI DAL MOLIN, ACESSORA DE COOPERATIVISMO DA COPACOL.

Um dos participantes das atividades online é Luiz Colaço, produtor de soja e milho em Jesuítas, noroeste do Paraná. Ele está há mais de 30 anos na cooperativa e não abre mão da parceria. “A cooperativa é uma segurança para mim. É garantia de preço, de pagamento e de credibilidade do meu produto. Não fosse isso não poderia manter meu negócio”, declara.

Dono de duas pequenas propriedades na região, que juntas somam 32 alqueires, ele conta que as condições climáticas

têm afetado a colheita nos dois últimos anos, mas que a cooperativa ajuda com orientação técnica e profissional. “Tivemos uma live com agrônomos esta semana que deram um panorama geral da nossa produção. Também recebemos diariamente informações sobre a previsão do tempo que é fundamental para nossa atividade”, completa.

“

A COOPERATIVA É UMA SEGURANÇA PARA MIM. É GARANTIA DE PREÇO, DE PAGAMENTO E DE CREDIBILIDADE DO MEU PRODUTO. NÃO FOSSE ISSO NÃO PODERIA MANTER MEU NEGÓCIO.”

LUIZ COLAÇO,
PRODUTOR DE SOJA E
MILHO EM JESUÍTAS,
NOROESTE DO
PARANÁ.



Crédito: Divulgação

Parceria na pandemia

O cooperativismo também está servindo para minimizar os efeitos da pandemia. Com desempenho positivo, as cooperativas estão aproveitando a conjuntura favorável - demanda chinesa e dólar alto - para exportar. “Estamos

Cooperativismo no Paraná (*)

No Paraná, 30% da população é ligada ao cooperativismo. Em 2019, as 215 cooperativas do Sistema Ocepar atingiram um faturamento R\$ 87,7 bilhões. Em 2020, o primeiro semestre fechou com 222 cooperativas registradas e um aumento de 8,3% no faturamento, em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor responde por mais de 113 mil empregos diretos e agrega mais de 2 milhões de cooperados. As cooperativas são as maiores empregadoras em 130 cidades do Paraná.

(*) Fonte: Coordenação de Desempenho do Sistema Ocepar



Crédito: Aline Sondri

Do campo até a comercialização: apoio ao cooperado é fundamental para atividade agroindustrial manter ritmo de crescimento em 2020.

gerando 650 novos postos de trabalho com a abertura do frigorífico de frangos em Umuarama, em parceria com a Plusval”, afirma o presidente da C.Vale, Alfredo Lang. Para incremento da renda a cooperativa ainda oferece a possibilidade de diversificação de atividades: produção de frangos, peixes, suínos, mandioca e leite. “Os cooperados já perceberam que a diversificação melhora a renda e dá mais segurança, principalmente quando o clima compromete os resultados dos grãos”, completa.

É o caso do associado Christihan Wutzke, que cria aves, peixes e suínos em sua propriedade em Terra Roxa, no Oeste do Paraná. Hoje, ele e a família vivem do lucro com a produção de 510 mil frangos, 1.500 porcos e 65 mil peixes ao ano. “Não fosse o apoio da cooperativa, meu negócio seria inviável. Não poderíamos bancar as despesas com os animais, insumos, medicamentos, ração e o destino da produção seria incerto”, informa. ■

Associativismo industrial no Paraná (**)

Atualmente, são 108 sindicatos filiados à Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), entre estaduais, interestaduais e nacionais. Eles representam 50.262 indústrias de 37 segmentos, sendo 96% de micro e pequeno porte, localizadas em todas as regiões paranaenses. O setor responde por 23% do PIB total do Estado. (Fonte: Iparides/2019) e emprega 763 mil trabalhadores.

(**) Fonte: RAIS/Ministério da Economia/2018.



Mudanças seguem determinação da Política Nacional de Segurança Pública.

Segurança modernizada

Criação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2020-2035 conta com a assessoria técnica do Sistema Fiep e visa oferecer ações de longo prazo, com atuação integrada e sistêmica

por Roberto Hammerschmidt

Transformar o Paraná num estado onde as pessoas se sintam seguras e os serviços de segurança públicos sejam reconhecidos pela efetividade das ações integradas de prevenção, enfrentamento e controle. Esse é o objetivo do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Paraná 2020-2035, que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, em parceria com o Sistema Fiep.

O documento trará ações estratégicas válidas até 2035 – com a previsão de revisões anuais – e busca integrar o trabalho das instituições de segurança pública estaduais, federais e municipais, envolvendo todas as entidades que tenham alguma ligação com o tema, direta ou indiretamente. Deve ser concluído até o final deste ano.

“A expectativa é criar um instrumento objetivo, completo,

flexível e prático que auxilie o planejamento e a governança da segurança pública e defesa social”, afirma o coronel João Alfredo Zampieri, chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos, da Secretaria de Segurança Pública.

A criação do plano estadual segue uma determinação da Política Nacional de Segurança Pública, que se inicia com a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Segundo a Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, estados e municípios devem implantar seus respectivos planos, uma condição para a continuidade de repasse de recursos federais.

Cerca de 200 especialistas estão envolvidos, desde o final de janeiro, na elaboração do plano, que conta com seis eixos estratégicos: enfrentamento, prevenção, sistema prisional, defesa civil, dimensão humana e serviços à comunidade.

As necessidades de um plano

De acordo com o Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, os estados brasileiros arcam com grande parte dos custos de segurança: em 2016, eles foram responsáveis por 85% dos gastos na área, em contraste com apenas 9% do governo federal.

Devido às sucessivas crises fiscais das últimas décadas, as unidades federativas viram diminuir sua capacidade de enfrentar o crescimento do crime organizado. Além disso, as extensas fronteiras brasileiras com dez países incluem, segundo o documento, quatro produtores mundiais de drogas, que têm no Brasil o segundo mercado consumidor mundial.

A participação do Sistema Fiep

Diante desse contexto, e da obrigatoriedade imposta pelo governo federal, a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) mapeou planejamentos de longo prazo para a segurança pública no Brasil e no exterior para dar início ao desenvolvimento do plano.

Um dos materiais localizados pela SESP foi a Rota Estratégica de Segurança Pública do Ceará, conduzida pelo Observatório Sistema Fiep. “A qualidade do trabalho do Observatório é reconhecida além das divisas do Paraná. E o Sistema Fiep tem uma tradição histórica de participação ativa no desenvolvimento do Estado, que ultrapassa o setor produtivo”, afirma João Alfredo Zampieri.



A QUALIDADE DO TRABALHO DO OBSERVATÓRIO É RECONHECIDA ALÉM DAS DIVISAS DO PARANÁ.



JOÃO ALFREDO ZAMPIERI,
CHEFE DA ASSESSORIA
DE PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E GESTÃO DE
PROJETOS, DA SECRETARIA
DE SEGURANÇA PÚBLICA.

O Sistema Fiep colocou o Observatório a serviço da construção do plano. “Disponibilizamos ao Poder Público o banco de dados, a metodologia e o conhecimento do Observatório Sistema Fiep para a realização de estudos prospectivos que possam contribuir para

aprimorar a segurança pública paranaense”, destaca o presidente do Sistema Fiep, Carlos Valter Martins Pedro.



DISPONIBILIZAMOS AO PODER PÚBLICO O BANCO DE DADOS, A METODOLOGIA E O CONHECIMENTO DO OBSERVATÓRIO SISTEMA FIEP.



CARLOS VALTER
MARTINS PEDRO,
PRESIDENTE DO
SISTEMA FIEP.



O desenvolvimento do plano

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Paraná visa estabelecer uma rota para a condução da segurança pública do Estado, num horizonte temporal de 15 anos, com ações estratégicas de curto, médio e longo prazo, que contemplem os eixos de enfrentamento à violência, prevenção, sistema prisional, serviços à comunidade, atuação em situações de calamidade pública e emergência, e dimensão humana dos profissionais da segurança pública.

Instituições públicas, especialistas e toda a sociedade puderam contribuir com a elaboração do documento. A participação social foi feita por meio de uma plataforma online, desenvolvida pela Fiep em parceria com a SESP. A crise causada pela pandemia do coronavírus afetou a forma de trabalhar, mas não impediu a continuidade das atividades e o alcance dos primeiros resultados. Neste momento, estão sendo realizadas a análise e a sistematização dos resultados na publicação final.

“O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Paraná-2035 prevê ações que podem contribuir para modernizar a segurança pública, em consonância com as tendências de futuro para essa temática. Além disso, um olhar ampliado sobre a segurança pública foi aplicado na elaboração do plano, considerando aspectos como o evento epidemiológico atual, a educação, as condições socioeconômicas e as transformações tecnológicas. Esses são fatores que contribuirão para que a atuação da segurança pública seja feita de forma mais integrada e sistêmica”, afirma Marília de Souza, gerente executiva do Observatório Sistema Fiep. ■



Na área de manufatura da Bulbox, a equipe trabalha na montagem de lixeiras capazes de armazenar seis vezes mais lixo do que um coletor comum.

Inovação para o gerenciamento de resíduos

Indústria de Curitiba produz lixeira elétrica com tecnologia única no Brasil, que compacta os resíduos

por Priscila Aguiar

A gestão de resíduos em estabelecimentos comerciais e industriais demanda alguns cuidados em razão do armazenamento, da coleta e da destinação. Existe uma série de normas legais que devem ser seguidas e, por esse motivo, o assunto ainda é desafiador para muitas empresas, sobretudo as com grande fluxo de pessoas.

Para contribuir com esse desafio, especialmente na gestão dos resíduos recicláveis, a curitibana Bulbox, pertencente ao grupo Ambiensys, desenvolveu a Prenzza, uma lixeira elétrica com sistema de prensagem, capaz de armazenar seis vezes mais lixo do que uma lixeira comum. A solução surgiu em 2018. "Após ver um produto similar em uma feira na França, resolvemos trazê-la para o Brasil, pois percebemos que existia essa demanda no país, principalmente na iniciativa privada", explica Gabriel Thiesen Barros, sócio da Ambiensys.



Com uma tecnologia de compactação, a lixeira faz a prensagem dos resíduos, aumentando a capacidade de armazenamento e de transporte, o que impacta na diminuição de custos. “Outro importante benefício é a redução na frequência das trocas de sacos de lixo, itens que, dentro dos shoppings, por exemplo, representam a terceira maior despesa, depois da mão de obra e papel de banheiro”, complementa Barros.

“
UM IMPORTANTE BENEFÍCIO É A REDUÇÃO
NA FREQUÊNCIA DAS TROCAS DE SACOS
DE LIXO, QUE REPRESENTAM UMA
GRANDE DESPESA.”



GABRIEL THIESEN
BARROS, SÓCIO
DA AMBIENSYS.

O produto, que pode ser feito em aço ou madeira, é único no Brasil e está sendo testado em alguns clientes em duas versões, uma mais completa, com um sensor que permite a abertura, e outra básica, com abertura manual. Em função da pandemia, também foi incluído um dispenser de álcool em gel. Outra inovação, ainda em desenvolvimento, é um sistema com painel solar, ideal para ambientes abertos e onde não há energia elétrica.

Conhecimento que gera resultados

Desde que começou a trabalhar na Bulbox como supervisor de produção, há cerca de um ano, Everson Denilson da Silva, de 37 anos, teve importantes desafios. E a Prenzza foi um deles. “Peguei o projeto em andamento e fiz algumas adaptações para melhorar ainda mais o produto”, conta o profissional, hoje responsável pelo funcionamento mecânico do equipamento.

Até chegar ao setor de manufatura da Bulbox, em Pinhais, buscou qualificação para se desenvolver. “Quando tinha 18 anos, trabalhava em uma metalúrgica como auxiliar de produção, e vi nos cursos do Senai uma oportunidade de crescer na carreira”, explica. Desde então, fez quase dez cursos, entre eles o de mecânica básica industrial, ferramentaria, tornearia, entre outros.

“
QUANDO TINHA 18 ANOS,
TRABALHAVA EM UMA
METALÚRGICA COMO AUXILIAR
DE PRODUÇÃO, E VI NOS
CURSOS DO SENAI UMA
OPORTUNIDADE DE CRESCER
NA CARREIRA.”



EVERSON
DENILSON DA SILVA,
SUPERVISOR DE
PRODUÇÃO E EX-
ALUNO DO SENAI.

Várias portas se abriram e, com muito esforço, chegou ao cargo de liderança que exerce hoje. “Mas para ser sincero, gosto mesmo é de por a mão na massa”, brinca. Como a equipe da Bulbox é enxuta, com cerca de 35 colaboradores, Everson acompanha todo o processo de produção da lixeira, do desenvolvimento à execução. “Gosto de estar por perto para garantir que saia tudo do jeito certo”, completa.

Já que a capacitação é um fator que considera fundamental, os estudos não devem parar. O próximo passo é um curso técnico ou de tecnologia em eletromecânica, que pretende fazer também no Senai, a partir do ano que vem. “Mais do que dinheiro, quero obter conhecimento para poder repassar aos demais”, finaliza. ■



Sindimadmov completa 30 anos

O Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Sudoeste do Paraná (Sindimadmov) completou 30 anos de fundação no dia 18 de agosto. O setor madeireiro foi o primeiro a se desenvolver no sudoeste do Paraná. Surgiu com a necessidade de retirada da mata para a colonização da área. A fundação do sindicato foi a forma de unir o setor. O primeiro presidente foi Eitor Camilotti,



Posse da atual diretoria.

Crédito: DDM Produções

que também era coordenador regional da Fiep. A maioria das indústrias, na época, era de serrarias e portas, que até então era a principal necessidade, para a construção de casas.

Mais tarde, as indústrias de móveis cresceram em número e tecnologia e passaram a demandar a matéria-prima. Hoje o setor é bastante automatizado e os produtos têm qualidade e valor agregado. O Sindimadmov atua em 20 municípios do sudoeste, onde o setor emprega mais de 2500 trabalhadores diretos. O atual presidente é Jair José Comiran.

Indicadores da Construção Civil

O Sinduscon Paraná Norte lançou em setembro o projeto que abrange um novo modelo de indicadores econômicos. O trabalho estratégico começou em janeiro e uma parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) permitiu o início das análises e coleta de dados.

Na cartilha com os indicadores estão números de obras públicas em andamento. A pesquisa aponta que são 60 em execução em Londrina. Contratos que somam R\$ 191,9 milhões. sendo que R\$ 119 milhões já foram medidos pelo município para pagamento. Outro apontamento interessante é a quantidade de obras por região: um mapa demonstra que a área central tem o maior número – 15 em andamento – seguida pela sul, com 14.

O documento traz ainda dados pertinentes ao setor como o CUB (Custo Unitário Básico) da construção civil e a variação de preços dos insumos. Dados que comprovam o aumento de preços de produtos como concreto, que subiu quase 35% em agosto, comparado ao mês anterior. O projeto foi elaborado para fazer a divulgação mensal dos dados.



A indústria transforma tudo. Inclusive o futuro da educação.

Está na essência da indústria produzir o novo, criar melhorias que vão desde a qualidade do alimento servido à mesa até as tecnologias que nos conectam. É papel da indústria identificar os problemas e entregar as soluções que o mundo precisa.

É papel do novo Colégio Sesi da Indústria preparar agora os jovens que encontrarão essas respostas amanhã.

Um futuro com mais oportunidades começa aqui.
Consulte o desconto para colaboradores da indústria.



Iniciação às
profissões
do futuro



Educação
e
tecnologia



Cursos Senai
simultâneos
às aulas



Projetos em
parceria com
indústrias

Matrículas abertas

Agende sua visita

0800 648 0088



O Sesi e o Senai dão todo o apoio que sua indústria precisa

*As NRs a favor da
sua empresa*

Compromisso
com a
produtividade e
a saúde dos
trabalhadores

CURSOS EAD

O Brasil conta hoje com mais de 30 Normas Regulamentadoras em vigência, mas você pode transformar essa obrigatoriedade em resultados positivos para seus negócios com o suporte do Sesi e do Senai no Paraná. Nossas soluções são elaboradas de acordo com as reais necessidades da sua empresa ou indústria, auxiliando nas decisões estratégicas, diminuindo situações de risco, acidentes ou doenças de trabalho.

Conheça e **contrate**
sistemafiep.com.br/nrs